

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA

Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação

Luciane Thomazini Furtado

**INGRESSANTES E NÃO CONCLUINTES NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL: FATORES E CONSEQUÊNCIAS**

ARARAQUARA - SP

2018

Luciane Thomazini Furtado

**INGRESSANTES E NÃO CONCLUINTES NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL: FATORES E CONSEQUÊNCIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação.

Linha de pesquisa: Gestão Educacional.

Orientador: Prof. Dr. Darwin Ianuskiewtz

ARARAQUARA - SP

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

F987i

Furtado, Luciane Thomazini

Ingressantes e não concluintes na Educação Profissional: fatores e consequências - Araraquara: Universidade de Araraquara – UNIARA 2018. 113fls.Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara

Orientador: Prof. Dr. Darwin Ianuskiewtz

1. Evasão Escolar. 2. Educação Profissional. 3. Cursos Técnico de Nível Médio

CDU 370

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FURTADO, L.T. **Ingressantes e não Concluintes na Educação Profissional: fatores e consequências.** 2018. 113 fls. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP.

ATESTADO DE AUTORIA E CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Luciane Thomazini Furtado

TÍTULO DO TRABALHO: Ingressantes e não concluintes na educação profissional: fatores e consequências.

TIPO DO TRABALHO/ANO: Dissertação / 2018

Conforme LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, o autor declara ser integralmente responsável pelo conteúdo desta dissertação e concede a Universidade de Araraquara permissão para reproduzi-la, bem como emprestá-la ou ainda vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a sua autorização.



Autora: Luciane Thomazini Furtado

E-mail: thomazinifurtado@yahoo.com.br



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO,
GESTÃO E INOVAÇÃO, ÁREA DE EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação da Universidade de Araraquara – UNIARA – para obtenção do título de **Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação**.

Área de Concentração: Educação e Ciências Sociais.

NOME DA AUTORA: LUCIANE THOMAZINI FURTADO

TÍTULO DO TRABALHO: INGRESSANTES E NÃO CONCLUINTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: FATORES E CONSEQUÊNCIAS”.

Assinatura dos Examinadores:

Conceito




Prof. Dr. Darwin Ianuskiewtz (orientador)
Universidade de Araraquara – UNIARA

Aprovada () Reprovada



Prof. Dr. Lutz Carlos Gesqui
Universidade de Araraquara – UNIARA


Aprovada () Reprovada



Prof. Dr. Edson do Carmo Inforsato
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Aprovada () Reprovada

Versão definitiva revisada pelo orientador em: 10/05/18



Prof. Dr. Darwin Ianuskiewtz (orientador)

Dedico este trabalho ao meu marido Vanderlei e aos meus filhos Emanuelli e José Gabriel, por me amarem e me encorajarem a vencer todos os desafios encontrados na caminhada até aqui. A eles meu eterno carinho e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus, que clareou meu olhar e fortaleceu meus passos para que eu pudesse trilhar este caminho e, sobretudo, por ter me dado a oportunidade de realizar este sonho.

Minha família **Vanderlei, Emanuelli e José Gabriel** por estarem ao meu lado do início ao fim dessa jornada de estudos, pois, mesmo privando-os de minha presença, percebi a tolerância, o companheirismo, o apoio, o incentivo, a paciência e o respeito da parte deles, nos momentos de minha ausência. E, principalmente por compreenderem o quanto esse sonho era importante para mim a ponto de suportar minha falta de tempo para a família;

Meu Orientador Prof. Dr. **Darwin Ianuskiewtz**, por acreditar em mim e neste trabalho, com especial carinho pela sabedoria, acolhimento, atenção, cordialidade e empenho, contribuindo para o meu crescimento científico e intelectual;

Aos professores doutores **Luiz Carlos Gesqui e Edson do Carmo Inforsato** que participaram e contribuíram significativamente no exame de qualificação e da defesa de dissertação de Mestrado, por meio de valiosas sugestões que possibilitaram o aprimoramento do trabalho.

RESUMO

Este estudo tem por finalidade identificar os fatores que levam os ingressantes dos cursos técnicos noturno em uma Escola Técnica Estadual do Centro Paula Souza localizada no interior do estado de São Paulo, a desistir do curso escolhido por eles. A evasão tem sido uma das grandes preocupações de algumas instituições e estudiosos, considerando que a evasão escolar é um fenômeno que reflete negativamente na educação, principalmente, nos investimentos desta área, pois onera os recursos a ela destinados. A investigação tem como objetivos: investigar e mapear os principais fatores da evasão; caracterizar o perfil do aluno evadido segundo variáveis sócio demográficas; identificar os cursos que apresentam maior e menor taxa de evasão; identificar em qual módulo se dá o maior índice de evasão. Para tanto foi realizado um mapeamento bibliográfico a partir de teses, dissertações e artigos que abordam o tema em destaque no caso a evasão escolar com o objetivo de verificar o que se já tem pesquisado a respeito. Quanto a metodologia, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, (documentos da Secretaria Acadêmica, Prontuários de Alunos e a Pesquisa Quantitativa). A partir dos dados dos alunos matriculados, levantou-se os fatores que levam o aluno a desistir do seu curso identificando-os entre fatores internos e externos, e após a análise desses fatores 139 são fatores externos. Vimos também qual o curso técnico com maior índice de evasão e em qual módulo esse índice é maior. Como possível contribuição, pretende-se, através do diagnóstico ampliado dos fatores e consequências da evasão, apresentar sugestões de adequação ao sistema utilizado pela unidade escolar com o intuito de minimizar o número de alunos evadidos nos diferentes cursos técnicos e com isto aumentar a taxa de concluinte curso.

Palavras-chave: Evasão Escolar. Educação Profissional. Cursos Técnicos de Nível Médio.

ABSTRACT

The purpose of this study is to identify the factors that lead the students of technical evening classes at a State Technical School of the Paula Souza Center located in the interior of the state of São Paulo, to give up the course chosen by them. The evasion has been one of the great concerns of some institutions and scholars, considering that school dropout is a phenomenon that reflects negatively in education, mainly in the investments of this area, since it costs the resources destined to it. The research aims to: investigate and map the main factors of evasion; characterize the student profile evaded according to socio-demographic variables; identify the courses with the highest and lowest dropout rates; identify in which module the highest dropout rate occurs. In order to do so, a bibliographic mapping was carried out from theses, dissertations and articles that deal with the topic in focus in the case of school dropout in order to verify what has already been researched about it. As for the methodology, bibliographic research and documentary research were used (documents of the Academic Secretariat, Student Records and Quantitative Research). From the data of the students enrolled, the factors that lead the student to give up his course were identified, identifying them between internal and external factors, and after analyzing these factors, 139 are external factors. We have also seen which is the technical course with the highest dropout rate and in which module this index is higher. As a possible contribution, it is intended, through an extended diagnosis of the factors and consequences of evasion, to present suggestions for adequacy to the system used by the school unit in order to minimize the number of students evaded in the different technical courses and thereby increase the conclusion course.

Keywords: School Evasion. Professional Education. Middle Level Technical Courses.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Alunos matriculados 1º sem/2017.....	39
Figura 2: Alunos matriculados por eixo tecnológico.....	40
Figura 3: Evolução das matrículas no período de 2002 a 2017:.....	40

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Variação de perdas comparativo 1º e 2º semestre de 2016	67
Gráfico 2: Variação da Evasão Comparativo 1º e 2º semestre de 2016	70
Gráfico 3: Variação das evasões comparativo 1º e 2º semestre de 2016.....	73
Gráfico 4: Variação de evasões comparativo 1º e 2º semestre de 2016	76
Gráfico 5: Variação de evasões comparativo 1º e 2º semestre de 2016	79
Gráfico 6: Variação de evasões comparativo 1º e 2º semestre de 2016	83
Gráfico 7: Variação de evasões comparativo 1º e 2º semestre de 2016	87
Gráfico 8: Variação de evasões comparativo 1º e 2º semestre de 2016	90
Gráfico 9: Variação de perdas comparativo 1º e 2º semestre de 2016	93
Gráfico 10: Variação de evasões comparativo 1º e 2º semestre de 2016	96
Gráfico 11: Variação de perdas comparativo 1º e 2º semestre de 2016	99
Gráfico 12: Comparativo Evasão de todos os cursos 1º e 2º semestre de 2016.....	100
Gráfico 13: Fatores da evasão	101

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Quadro geral das leituras realizadas	22
Quadro 2: Eixo Tecnológico, curso, quantidade de classes e alunos e período	45
Quadro 3: Fatores da evasão por módulo Técnico em Administração.....	66
Quadro 4: Fatores da evasão por módulo Técnico em Agenciamento de Viagens:	69
Quadro 5: Fatores da evasão por módulo Técnico em Contabilidade.....	72
Quadro 6: Fatores da evasão por módulo Técnico em Enfermagem.....	75
Quadro 7: Fatores da evasão por módulo Técnico em Informática.....	78
Quadro 8: Fatores da evasão por módulo Técnico em Mecânica.....	81
Quadro 9: Fatores da evasão por módulo Técnico em Mecatrônica	85
Quadro 10: Fatores da evasão por módulo Técnico em Nutrição e Dietética	89
Quadro 11: Fatores da evasão por módulo Técnico em Secretariado	92
Quadro 12: Fatores da evasão por módulo Técnico em Logística CCD	95
Quadro 13: Fatores da evasão por módulo Técnico em Recursos Humanos CCD	98

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Curso Técnico em Administração Sede, número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016.....	65
Tabela 2: Curso Técnico em Agenciamento de Viagem - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016.....	68
Tabela 3: Curso Técnico em Contabilidade - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016.....	71
Tabela 4: Curso Técnico em Enfermagem - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016.....	74
Tabela 5: Curso Técnico em Informática - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016.....	77
Tabela 6: Curso Técnico em Mecânica - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016.....	80
Tabela 7: Curso Técnico em Mecatrônica - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016.....	84
Tabela 8: Curso Técnico em Nutrição e Dietética - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016.....	88
Tabela 9: Curso Técnico em Secretariado - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016.....	91
Tabela 10: Curso Técnico em Logística CCD - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016.....	94
Tabela 11: Curso Técnico em Recursos Humanos - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	Associação de Pais e Mestres
BDCETEC	Banco de Dados do Centro de Tecnologia
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEET	Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPS	Centro Paula Souza
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETEC	Escola Técnica Estadual
ETIM	Ensino Médio Integrado ao Técnico
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FEUNICAMP	Faculdade de Educação da Unicamp
FEUSP	Faculdade de Educação da USP
GDAE	Gestão Dinâmica de Administração Escolar
IBTA	Instituto Brasileiro de Tecnologia Avançada
IF-SC	Instituto Federal de Santa Catarina
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NSA	Novo Sistema Acadêmico
PNE	Plano Nacional de Educação
PPG	Plano Plurianual de Gestão
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRODESP	Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos
PROTEC	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SDECTI	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIARA	Universidade de Araraquara
UNICEP	Centro Universitário Central Paulista
WEBSAI	Sistema de Avaliação Institucional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Objetivos.....	15
Justificativa.....	15
Hipótese	16
Estrutura do Trabalho	16
1. MAPEAMENTO DAS PESQUISAS SOBRE EVASÃO ESCOLAR	17
1.1 Análise Descritiva - Teses e Dissertações:	18
1.2 Análise Descritiva - Artigos:	20
2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	25
2.1 Centro Paula Souza - Perfil Histórico.....	38
3. CONTEXTO HISTÓRICO DA ETEC	43
3.1 Princípios Pedagógicos da ETEC	47
3.2 Proposta Curricular.....	47
3.3 Processo de Avaliação da Aprendizagem.....	48
3.4 Formação dos Professores	50
3.5 Organização do Tempo.....	51
3.6 Espaço Escolar.....	51
3.7 Gestão Administrativa	52
3.8 Processo do Desenvolvimento dos alunos	53
3.8.1 Finalidade Cultural	53
3.8.2 Finalidade Política e Social	54
3.8.3 Finalidade de Formação Ética e Profissional	54
3.8.4 Finalidade Humanística	55
4. METODO	56
4.1 Instrumentos de Coleta de Dados	57
5. EVASÃO ESCOLAR	58
5.1 Evasão na Educação Profissional	60
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

Sou graduada em Processamento de Dados com ênfase em Análises de Sistema pela faculdade de Tecnologia de Taquaritinga, iniciando a prática docente através da aprovação do processo seletivo no ano de 1996 na Etec “Prof.^a Anna de Oliveira Ferraz”, exercendo a função de professora de Mecanografia e Processamento de Dados. No ano de 1998 fui aprovada no concurso público para professor por tempo indeterminado no componente curricular de Processamento de dados nesta mesma instituição. Nesse contexto encantei-me pelo trabalho docente. Posteriormente cursei a especialização em Sistemas de Informação no Centro Universitário Central Paulista (UNICEP) de São Carlos.

O envolvimento e compromisso com a atividade profissional me conduziu a buscar a construção do conhecimento de forma contínua. e como eterna aprendiz, foi fundamental a formação em Pedagogia pelo Centro Universitário Claretiano de Batatais.

Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA). Trabalhei no Colégio Técnico Logatti como coordenadora e professora da área de informática.

Na Etec Prof.^a Anna de Oliveira Ferraz, exerci o cargo de docente nos componentes de informática nos diversos cursos técnicos oferecidos. Fui também coordenadora de área (Gestão, Informática e Indústria) durante os anos de 2000 a 2005. Em 2008 assumi a Coordenação Pedagógica da Etec Prof.^a Anna de Oliveira Ferraz.

Em 2012 após passar por todo o processo de qualificação para Diretor de escola, assumi então a Direção da Escola Etec Prof.^a “Anna de Oliveira Ferraz” do Centro Paula Souza de Araraquara.

Através da observação e desempenho no trabalho na área da Educação (como professora e diretora de uma escola de Educação Profissional) identifiquei algumas dificuldades e fragilidades quanto ao controle do conhecimento das causas e consequências da evasão escolar nos cursos técnicos noturnos. Dessa forma, estou motivada em realizar uma investigação que traga retorno a essa unidade escolar contribuindo para melhoria no número de alunos concluintes na escola técnica onde atuo.

Assim, para a consolidação da pesquisa científica ingressei no Mestrado Profissional em Educação: Processos de Ensino, Gestão e Inovação na Universidade de Araraquara – UNIARA.

Portanto, pretendo investigar as principais causas e consequências da evasão escolar de uma escola técnica do interior de São Paulo.

Objetivos

Este estudo tem como objetivo geral identificar os principais fatores que contribuem para a evasão escolar de alunos de Escolas Técnicas Estaduais.

Com o propósito de possibilitar melhor entendimento o objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Organizar os indicadores de promoção, reprovação e evasão.
- Investigar e mapear os principais fatores da evasão;
- Caracterizar o perfil do aluno evadido segundo variáveis sócio demográficas;
- Identificar as consequências da evasão escolar discente.

Justificativa

Pretende-se, com a pesquisa proposta, vislumbrar, a partir de um estudo sobre evasão de alunos do ensino técnico de nível médio do período noturno, possibilidades de minimizar os índices de perdas (evasão, trancamento e transferência) assim como seus efeitos no modelo de gestão educacional participativa e democrática. O termo evasão no Centro Paula Souza (CPS) é entendido como a transferência, o trancamento de matrícula, a desistência e a evasão.

A pesquisa nasceu da inquietação frente ao problema que, nos últimos anos, vem se acentuando entre docentes, coordenadores de curso, diretores, coordenadores pedagógicos, enfim toda a comunidade escolar das escolas técnicas do Centro Paula Souza, e que também é objeto de discussões acaloradas de diferentes setores da sociedade, caracterizada como “Evasão Escolar”. Trata-se de um problema que preocupa os que planejam as políticas públicas da educação, assim como toda comunidade escolar, visto que, muito se tem refletido sobre quais são os motivos da evasão escolar e quais ações podemos desenvolver para contê-la.

Considerando que a evasão escolar é um fenômeno que reflete negativamente na educação, principalmente, nos investimentos desta área, pois onera os recursos a ela destinados. Basta considerar aspectos como o custo de uma sala de aula com trinta (30) alunos, que é o mesmo de uma com apenas 10 alunos, quando temos 20 alunos evadidos ou transferidos para outros cursos. Sabe-se também que a evasão é um problema que afeta o desenvolvimento e a qualificação do aluno em busca de uma formação e do ingresso no mercado de trabalho. De longo tempo discute-se, analisa-se, preocupa-se com o problema e busca-se uma solução para evasão escolar.

Observou-se através da vivência pedagógica e como diretora de uma Escola Técnica Estadual do interior paulista, uma vulnerabilidade, no que tange a oferta de novas turmas e continuidade dos cursos decorrente de um índice significativo de evasão; a necessidade de encontrar soluções para o problema da evasão nos cursos técnicos, compreender seus motivos tornou-se um grande desafio para a unidade escolar.

Hipótese

Diante das leituras realizadas sobre o tema e de algumas respostas já apresentadas para o referido problema, a hipótese que podemos apresentar é um alto índice de evasão em alguns cursos técnicos no período noturno, em especial neste trabalho queremos saber o porquê que o aluno que passa por um processo seletivo, escolhe o curso e o período em que pretende fazer, evade, desiste, sem muitas vezes justificar o fator que levou a desistir/evadir do seu curso escolhido.

Estrutura do Trabalho

De modo a desenvolver esta investigação, o trabalho de pesquisa foi estruturado em sete seções. A primeira seção traz um mapeamento das pesquisas já realizadas sobre a evasão escolar. A segunda seção irá discorrer sobre o histórico da Educação Profissional no Brasil desde o período imperial até os dias atuais e sua relação com a evasão, em seguida será apresentado perfil histórico do Centro Paula Souza.

Na terceira seção será apresentada a Etec. lócus deste trabalho e seus princípios pedagógicos. Na quarta seção trará o percurso metodológico e instrumentos utilizados para a realização da pesquisa. A quinta seção traz alguns referenciais teóricos sobre a evasão escolar e a evasão na educação profissional. Na sexta seção serão discutidos os resultados encontrados através da investigação documental e por fim na sétima seção falaremos das considerações finais retomando aos e objetivos que nortearam essa pesquisa, com o propósito de apresentar algumas reflexões acerca da temática estudada e apontar a necessidade da realização de novas pesquisas no contexto da educação profissional.

1. MAPEAMENTO DAS PESQUISAS SOBRE EVASÃO ESCOLAR

Para realizar as pesquisas sobre evasão escolar recorreu-se ao banco de dissertações e teses da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e de algumas universidades para que tenhamos uma visão geral do que há no campo educacional produzido com a palavra-chave “evasão escolar”.

A seleção de estudos teve início ao entrar no banco de teses e dissertações da CAPES e das universidades: Faculdade de Educação da Unicamp – FEUNICAMP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Faculdade de Educação da USP – FEUSP, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em sua página investigou-se através da busca simples palavras chave, descritores e/ou termos livres. Foi elaborado um quadro com identificações das obras e palavras chave.

Os critérios de inclusão para o levantamento bibliográfico foram: considerar os trabalhos que demonstrassem a realidade nacional, ou seja, somente pesquisas realizadas no território brasileiro, que abordassem a temática central deste estudo: evasão escolar; publicações que respondessem à questão norteadora do presente estudo; e obras em que se referissem ao Ensino Técnico Integrado ao Médio, Profissional e Tecnológico, por ser a preocupação, o motivo e argumentação da escolha do tema.

Os critérios de exclusão foram: tese, dissertações e artigos que não contemplassem no título, nas palavras-chave ou descritores as palavras “evasão escolar”, que não estivessem diretamente relacionados ao tema em questão.

Foram selecionadas a partir da leitura do resumo de 20 trabalhos, nove pesquisas para a análise por apresentarem aspectos relacionados à fatores e/ou causas da evasão discente.

Na etapa de seleção, realizou-se também a compilação dos artigos, através da leitura, os selecionados foram impressos e realizada uma leitura mais minuciosa, tendo o cuidado em destacar palavras relevantes, buscando sempre responder ao objetivo desta investigação. Da SCIELO, escolheu-se 03(estudos) estudos realizados na coleção de Artigos (Brasil) utilizando a palavra-chave: evasão escolar e 01 apresentados em Colóquio.

Após realizar esse mapeamento quanti-qualitativo das pesquisas apresentadas, foi realizada uma leitura mais profunda, com o objetivo de interagir com os autores acerca das informações e dos conhecimentos produzidos a partir das pesquisas sobre a evasão escolar, para encontrar argumentos que justifiquem efetivamente a investigação que se pretende realizar.

1.1 Análise Descritiva - Teses e Dissertações:

Após o mapeamento da totalidade das pesquisas apresentadas no banco de teses e dissertações da CAPES e das universidades: Faculdade de Educação da Unicamp – FEUNICAMP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Faculdade de Educação da USP – FEUSP, Universidade Federal de Minas Gerais foram selecionados nove (9) trabalhos dentre aqueles que traziam por objeto de estudo aspectos relacionados à evasão escolar, agrupadas por metodologias, objetivos e níveis de ensino.

Em sua dissertação GUIMARÃES (2012) fez um estudo de caso com os alunos novos do 1º módulo do Curso Superior de Tecnologia em Mecatrônica no período de 2007 a 2009, através de entrevistas e acolhimento de acordo com o projeto institucional da unidade com o intuito de minimizar a evasão e investir na permanência do aluno com êxito.

ARAÚJO (2013) em seu trabalho de pesquisa investigou a evasão na Educação Profissional de Nível Técnico, com base na trajetória escolar e no depoimento de alunos evadidos com o objetivo de conhecer e analisar a trajetória escolar desses alunos identificando os motivos que levaram os alunos a evadir da Educação Profissional. Dentre as causas que encontrou destaca-se horário de trabalho, relação professor-aluno, dificuldade de aprendizagem, entre outras. Através deste estudo pode compreender a evasão num sentido mais amplo, incluindo a questão da exclusão, mobilidade e identificação de fatores que podem levar o aluno a evadir-se do seu curso, além da proposição de medidas e procedimentos para a solução do problema.

CRUZ (2013) em seu trabalho verificou os fatores determinantes da evasão escolar, com base numa pesquisa de caráter exploratório, realizada com alunos evadidos dos cursos técnicos de formação profissional do Senac em Sete Lagoas, excluindo-se o fator relacionado às dificuldades financeiras, uma vez que os cursos analisados neste trabalho são ofertados gratuitamente. Além de apresentar as causas do abandono escolar, mostra também o perfil dos alunos desistentes.

GUGELMIN (2015) estudou a evasão escolar nos cursos subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco (CEPB) através da realização de um diagnóstico sobre o fluxo de matrículas nos cursos e a mensuração dos índices de evasão identificados neles no período compreendido entre os anos de 2007 a 2012. Em sua pesquisa foram analisados os dados de matrículas e cálculo dos índices de evasão e através de entrevistas com alunos evadidos identificando os possíveis fatores que contribuem para o abandono escolar. Através deste

estudo apontou-se o Curso Técnico em Informática e Administração com os maiores índices de evasão no período de 2007 a 2012. Como contribuição temos que a evasão nos cursos subsequentes se manifesta de forma complexa e resulta de uma correlação entre diversos elementos, sendo os sociais e econômicos os mais relevantes na decisão do aluno em abandonar o curso de formação profissional.

DETREGRACHI (2012) estudou a evasão da Faculdade de Tecnologia de Garça, com o objetivo de identificar quais são os fatores que conduzem os alunos da FATEC Garça à evasão escolar alcançando o elevado índice de 50%. Além de investigar os fatores da evasão, verificou-se também qual a percepção da direção e coordenação do curso acerca da questão evasão escolar. Sua relevância está em contribuir com a formulação de políticas públicas para a educação profissional, no sentido de diminuir os índices de evasão escolar.

MOREIRA (2012) em seu estudo o autor identifica os fatores que influenciam a evasão escolar nos cursos técnicos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais (RFEPT-MG). Através de sua pesquisa levantou-se as causas da evasão e chegou -se a conclusão de que muitos alunos evadiram principal pela necessidade de trabalhar e ajudar na renda da família, adentrando ao mercado de trabalho sem a formação profissional concluída.

JOHANN (2012) apresenta uma pesquisa é de natureza bibliográfica, documental e estatística visando compreender o fenômeno da evasão numa dupla dimensão: apresentando alguns dados estatísticos e levantando e analisando algumas razões que levam os estudantes a abandonarem a sala de aula. O autor se baseia em referenciais teóricos que se dedicam a estudos sobre o fenômeno da evasão, entre os quais, Ávila (1992), Aranha (2003), Arroyo (1993), Charlot (2000; 2002; 2005), Digiácomo (2005), Gurgel (1997), Oliveira (2001), Pereira (2003), Santos (2004), Schargel e Smink (2002). Em sua pesquisa um capítulo é dedicado para uma discussão conceitual sobre a evasão escolar através da revisão bibliográfica visando compreender a evasão como parte constituinte de processos que resultam no fracasso escolar, para tanto são analisados dados da evasão de alguns cursos técnicos. Em sua conclusão o ator ressalta que não são apenas fatores econômicos que justificam os altos índices de evasão, a grande maioria dos alunos evadidos aponta a incompatibilidade de conciliar os estudos com o trabalho.

DAROS (2014) seu estudo traz dados de como a atuação do Serviço Social pode contribuir para a redução da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Foram estudados que ações que objetivaram a redução da evasão

escolar tem se consolidado como frente de trabalho do Serviço Social e de que estratégias do combate à evasão estão relacionados ao Programa de Assistência Estudantil. O objetivo geral da pesquisa foi analisar as estratégias e propostas implantados pelo Serviço Social. Identificou-se os motivos que levam a evasão dentre eles destaca-se: trabalho, dificuldades de aprendizagem e desinteresse dos alunos pelos cursos. Destaca-se também as contribuições dos assistentes sociais voltadas a permanência dos alunos.

YOKOTA (2015) realizou um estudo de caso sobre a evasão discente nos cursos técnicos e técnicos integrados ao Ensino Médio de uma unidade do Centro Paula Souza, São Paulo. (2012). Em sua conclusão a autora relata que o problema da evasão está relacionado as dificuldades de aprendizagem, falta de interesse dos alunos e despreparo docente na condução das aulas. Outro fator importante notado pela autora no que tange a evasão foi o fato de os alunos que consegue trabalho logo no 1º módulo também abandonam o curso, mostrando assim a vulnerabilidade dos cursos técnicos.

1.2 Análise Descritiva - Artigos

DORE, LÜSCHER, (2011) em seu artigo as autoras apresentam algumas considerações sobre os múltiplos contextos de realização da pesquisa educação profissional e evasão escolar em Minas Gerais. A investigação propõe, entre seus principais objetivos, identificar fatores que contribuem para a permanência ou evasão dos estudantes na educação profissional técnica de nível médio no Estado de Minas Gerais. São discutidas algumas análises sobre as condições que favorecem a permanência ou a evasão escolar. É abordado também o contexto da política educacional brasileira e a relação entre a educação básica e a educação técnica e profissional, destacando-se, a escassez de informações teóricas e empíricas sobre a questão.

BAGGI, LOPES (2011) destacam que a evasão escolar no ensino superior é um fenômeno complexo e, portanto, não pode ser analisado fora de um contexto histórico mais amplo, pois é reflexo da realidade de níveis anteriores de ensino, influenciando de diversas maneiras para o abandono de um curso superior. A avaliação institucional permeia todos esses processos e pode auxiliar na identificação dos sinais da evasão, reduzindo-a ou mesmo evitando-a.

FORNARI (2010) A evasão e reprovação escolar aparecem no cenário educacional como um problema significativo, pois suas consequências levam os indivíduos ao que se chama “exclusão”, ou seja, é também um problema social. As leis garantem o direito à

educação. Ocorre que há um grande distanciamento entre estas e a prática social. Os estudos analisam o fracasso escolar a partir de duas abordagens: dos fatores externos à escola e a partir de fatores internos. Alguns referenciais teóricos contribuem no sentido de mostrar a evasão e reprovação escolar como consequência social e não como condição individual, sem, contudo, desenvolverem uma crítica clara e contundente ao sistema do capital. Também são apresentados elementos da teoria marxista com o intuito de chamar a atenção para fatores macrossociais como determinantes da evasão escolar.

Colóquio

SOUZA (2015) analisou o fenômeno da permanência e evasão escolar nos cursos oferecidos na Educação Profissional de Nível Técnico, com ênfase no Curso Técnico Subsequente de Redes de Computadores, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, *Campus São Gonçalo do Amarante*. Contribui com reflexões e proposição de uma política para a diminuição da evasão escolar tão frequente nos cursos técnicos subsequentes. Os resultados mostraram que os fatores relacionados à permanência ou à evasão escolar estão intrinsecamente relacionados aos aspectos internos à instituição, corroborando com o aporte teórico utilizado. Fatores como: o perfil/desempenho do corpo discente, os recursos e estruturas físicas escolares, os processos e as práticas pedagógicas foram citados como importantes para favorecer a permanência do aluno.

Quadro 1: Quadro geral das leituras realizadas

Autor (Ano)	Características dos Sujeitos	Instituição investigada	Principais conclusões e/ou motivos das evasões
GUIMARÃES, S.L (2012)	Professores, Coordenadores e alunos do 1º módulo de Mecatrônica	Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC)	Entendimento dos efeitos da entrevista de acolhimento.
ARAUJO, C.F (2013)	Alunos evadidos	Instituto Federal do Espírito Santo	Identificação das causas da evasão: horário de trabalho, relação professor aluno, dificuldades de aprendizagem, além da percepção do aluno quanto a evasão.
CRUZ, A.P da (2013)	Alunos evadidos	Senac Sete Lagoas	Apresenta causas da evasão e perfil dos alunos evadidos.
GUGELMIN, L. (2015)		Colégio Estadual de Pato Branco (CEPB)	Identifica que a evasão nos cursos subsequentes se manifesta de forma complexa e resulta de uma correlação entre diversos elementos, sendo os sociais e econômicos os mais relevantes na decisão do aluno em abandonar o curso de formação profissional.
DETREGRACHI, E.F. (2012)	Alunos, coordenação e direção	Unidade do Centro Paula Souza – Fatec – Garça.	Formulação de políticas públicas para a educação profissional, no sentido de diminuir os índices de evasão.
MOREIRA, P.R. (2014)	Alunos evadidos	Rede Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (RFEPT – MG).	Fatores que influenciam a evasão escolar no PROEJA.
JOHANN, C.C (2012)		Instituto Federal Sul Rio Grandense	Não são apenas fatores econômicos que justificam os altos

			índices de evasão, a grande maioria dos alunos evadidos aponta a incompatibilidade de conciliar os estudos com o trabalho.
DAROS, M.A (2014)	Assistentes sociais	Instituto Federal de São Paulo	Motivos que levam a evasão: trabalho, dificuldades de aprendizagem e desinteresse dos alunos pelos cursos.
YOKOTA, M.S.F. (2015)	Gestores (coordenadores de curso, coord. pedagógico, diretor e supervisor)	Etec Jorge Street – Centro Paula Souza	Após análise de todo o contexto apresentado foi possível fundamentar propostas de gestão escolar estratégica institucional que englobam ações com alunos, professores, coordenadores de curso e demais gestores para o controle e redução da evasão.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados

Com o mapeamento das pesquisas, pode-se constatar que algumas procuram evidenciar quais são fatores que levam o aluno a não concluir o seu curso. Há pouca exploração e investigação nas pesquisas sobre o que a equipe diretiva (diretores e coordenadores) tem feito com os indicadores levantados para tentar amenizar o processo da evasão escolar, e criar estratégias de gestão para minimizar o problema.

Se os motivos e/ou causas da evasão são internas a instituição seria interessante que se pesquisassem o que está sendo feito, o que se transformaria numa pesquisa futura o que não é o propósito deste trabalho.

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo verificar quais são fatores que levam o aluno a não concluir o curso escolhido, uma vez que para ingressar em qualquer curso da instituição é preciso passar por um processo de seleção.

2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Faremos um histórico da trajetória da Educação Profissional no Brasil, desde o descobrimento do Brasil até a atualidade. O referencial teórico se baseará na obra de duas autoras que dedicaram estudos a Educação Profissional no Brasil, e que através de seus estudos trarão autores que estudaram a educação brasileira mais diretamente a educação profissional.

No período colonial os colégios e as residências dos jesuítas foram os primeiros núcleos de formação para o trabalho, através das oficinas de carpintaria, de ferraria, de obras de construção, de pintura, de olaria, de fiação e tecelagem e de fabricação de medicamentos. A prática dos ofícios, destinada aos irmãos leigos e auxiliares que desempenhavam as atividades necessárias ao funcionamento das escolas, era ensinada a escravos e a homens livres, fossem negros, mestiços ou índios, e, preferencialmente, as crianças e a adolescentes (CUNHA, 2000).

O período Imperial destaca-se a primeira Constituição Brasileira (1824), ao tratar da educação, referia-se apenas a gratuidade da instrução primária e a dispositivos pertinentes à organização dos colégios e das universidades como locais para o ensino das ciências, belas letras e artes. Não menção em seus artigos, questões relativas ao Ensino de Ofícios.

Segundo Xavier, Ribeiro E Noronha (1994),

Embora não tenha sido objeto de legislação especial, a questão do ensino profissional veio à tona ainda no Período Imperial. Sem dúvida, essa era uma preocupação que refletia as transformações por que passaria, em curto prazo, a sociedade brasileira. Essas transformações já se prenunciavam no movimento pela abolição da escravidão, no processo imigratório que se iniciava e no breve surto industrial do Segundo Reinado. Tudo colaborava para acelerar a urbanização do Sudeste do país, que vinha estimulando o crescimento da demanda de ensino superior, a denúncia da precariedade da escola pública elementar e, como não poderia deixar de ser, a defesa de um ensino popular profissionalizante (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, P.87).

Pode-se verificar que algumas iniciativas voltadas para a educação profissional foram empreendidas, durante o Período Imperial, sendo direcionadas aos desfavorecidos da sorte e tendo um caráter assistencialista.

O Período Republicano será analisado tomando-se como base aspectos sociopolíticos e econômicos que marcaram a história desse período.

Primeira República (1889 – 1930) também conhecida como República Velha, marcada instauração de governos militares e civis das oligarquias agrárias, avanço do capitalismo. (OLIVEIRA, 1993). Em decorrência desses fatores há alteração no panorama socioeconômico e da organização do trabalho, implementação e sistematizando a Educação Profissional e o público a ser atendido por essa modalidade da educação.

De acordo com Manfredi (2002) o Ensino Profissional era destinado a todos os pertencentes aos setores populares urbanos, que tivesse potencial para se transformar em trabalhadores assalariados.

Em 1909, Nilo Peçanha, através do Decreto n.7.566, de 23 de setembro (RIO DE JANEIRO, 1909), determinou a criação de 19 Escolas de Aprendizagem Artífices, nas capitais dos estados brasileiros e na Cidade de Campos, destinadas ao Ensino Profissional Primário gratuito vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Apesar de evidente a preocupação com a manutenção da ordem social e da continuidade da formação profissional aos desvalidos da sorte e aos desfavorecidos da fortuna, Fonseca (1986, v.1) destaca, por um lado, a importância do Decreto n.7.566/1909 (RIO DE JANEIRO, 1909) como marco inicial das atividades do Governo Federal no âmbito do Ensino de Ofícios, e por outros, cognomina Nilo Peçanha de “o fundador do ensino profissional no Brasil”.

De acordo com o autor:

[..] em 1910, estavam instaladas dezenove escolas, embora em edifícios inadequados e em precárias condições de funcionamento de oficinas. A eficiência não poderia deixar de ser senão pequena, mas a causa principal do baixo rendimento era a falta completa de professores e mestres especializados. [...] Os alunos, esses apresentavam-se às escolas com tão baixo nível cultural que se tornou impossível a formação de contra-mestres, incluída no plano inicial de Nilo Peçanha. De qualquer forma, porém, mesmo pouco eficientes como o foram, marcaram as Escolas de Aprendizes Artífices uma era nova na aprendizagem de ofícios no Brasil e representavam uma sementeira fecunda que, germinando, desabrocharia, mais tarde, sob a forma das modernas escolas industriais e técnicas do Ministério da Educação (FONSECA, 1986,v.1, p.182).

Em 1930 no início da Era Vargas foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública¹ e iniciada uma reestruturação da educação brasileira. Francisco Campos foi o

¹ Desde sua criação, esse ministério passou por várias denominações: Ministério da Educação e Saúde Pública (1930); Ministério da educação e Saúde (1937); Ministério da Educação e Cultura (1953); Ministério da Educação (1985); Ministério da Educação e do Desporto (1992) e Ministério da Educação (1995). Extraído de:

primeiro titular desse Ministério e fincou os pilares para uma educação autoritária, que teve o fascismo italiano como fonte inspiradora.

Só com a publicação do Decreto n.20.158/1931, pela primeira vez o termo técnico foi empregado na legislação educacional em sentido estrito, isto é, designando um nível intermediário na divisão do trabalho.

A histórica dualidade do sistema escolar brasileiro, consubstanciada na existência de duas redes de ensino, uma voltada para capacitação profissional, direcionada para as classes menos desfavorecidas, e a outra dedicada à oferta dos Ensinos Secundário e Superior, direcionada para a elite intelectual, condutora da Nação, foi muito criticada pelos signatários do Manifesto dos Pioneiros, da Educação Nova, em 1932.

O Manifesto dos Pioneiros foi assinado por 26 pioneiros, destacando-se entre eles: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, contemplando diferentes aspirações filosóficas e educacionais, tais como os pragmatismos de John Dewey a sociologia funcionalista de Émile Durkein entre outras. As ideias expressas neste manifesto tiveram grande influência na elaboração da Constituição Brasileira de 1934, que em seu artigo 152, atribuiu ao Conselho de Educação (CNE), criado pelo decreto n.19.850, de 11 de abril de 1931, a elaboração de um Plano Nacional de Educação, que deveria ser aprovado Pelo Poder Legislativo (BRASIL, 1934).

O referido dispositivo legal, dedicou um capítulo a Educação Profissional, então denominado de Ensino Especializado²², organizando-o em três etapas: Ensino Elementar (preparação profissional inicial); Ensino Médio (formação técnica) e Superior.

A Carta Constitucional de 1937 foi a primeira a dar uma considerável ênfase a educação profissional, ainda que destinada às “classes menos favorecida”. Romanelli (2010) é enfática, ao se referir à destinação discriminatória do Ensino Profissional, e afirma que:

[...] oficializando o ensino profissional, como ensino destinado aos pobres, estava o Estado cometendo um ato lesivo aos princípios democráticos; estava o Estado instituindo oficialmente a discriminação social, através da escola. E, fazendo isso, estava orientando a escolha da demanda social da educação. Com efeito, assim orientada para um tipo de educação capaz de assegurar o acréscimo de prestígio social, a demanda voltaria naturalmente as costas às escolas que o Estado mesmo proclamava como sendo as escolas dos pobres (ROMANELLI, 2010, p.156).

http://www.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171. Acesso em 12 set. 2107.

²² Neste documento o Ensino Especializado aparecia após o Ensino Comum, que deveria ser ministrado antes de qualquer especialização, objetivando a formação geral do homem e cidadão.

Destaca-se também nesta carta no artigo 159 a instituição da cooperação entre indústrias e sindicatos e Estado para a criação de estabelecimentos escolares, destinados aos aprendizes.

Dois anos depois do Golpe de 1937, a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), três ações foram empreendidas em decorrência da intensificação da fabricação e exportação dos produtos brasileiros, havia a necessidade de formar trabalhadores qualificados. A primeira ação determinava de acordo com a Constituição de 1937 a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (1942) e atualmente, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). EM 1946 foi implantado um sistema similar para atender o setor de comércio, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

A segunda iniciativa culminou com uma reforma do ensino, denominada Reforma de Capanema voltada inicialmente para o ramo industrial e posteriormente para os outros graus de ensino. Essas reformas ficaram conhecidas como *Leis Orgânicas de Ensino*³. Essas Leis Orgânicas promoveram duas importantes medidas: o deslocamento do Ensino Profissional para o grau médio e a criação dos Cursos Técnico. Porém apenas, o Curso Secundário (Ginasial e Colegial) conferia ampla e total liberdade de acesso aos diversos cursos, ofertados pelos Ensinos Médio e Superior.

Por fim, a terceira iniciativa consistiu na transformação, em 1942, dos Liceus Industriais do Ministério da Educação e Saúde em Escolas Industriais e Técnicas, que passaram a integrar, juntamente com as novas escolas Técnicas, criadas no Rio de Janeiro, Ouro Preto e Pelotas, a Rede Federal

Segunda República (1945 – 1964) – Destaca-se a promulgação em 1946 da quarta Constituição Republicana do Brasil, que se caracterizou pelo espírito liberal e democrático, aproximando-se muito da Carta Magna de 1934. Nesta Constituição foi reafirmada a importância da aprendizagem e da capacitação dos trabalhadores menores, que ficaram sob a responsabilidade das empresas industriais e comerciais, conforme já vinha acontecendo desde 1942. Infelizmente esta nova Constituição não faz referência a Educação Profissional, retrocedendo ao que dizia a Constituição de 1937 que contemplava esta modalidade de educação.

³ Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942); Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942); Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943); Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei 8.529, de 2 de janeiro de 1946); Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946); e Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-lei 9.613, de 20 de agosto de 1946) (ROMANELLI, 2010)

Na década de 50 há um grande expansionismo no setor industrial brasileiro, principalmente na indústria automobilística, que provocou a vinda de montadoras, oriundas dos Estados Unidos e de países europeus. Para atender esse crescimento industrial e considerando a carência de técnicos de nível médio, na área industrial priorizada pelo Plano de Metas de JK, fazia-se urgente a formação de profissionais com cursos técnicos. Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), foram transformadas em Escolas Técnicas Federais, com personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa e financeira. Essa autonomia faz com que aumentasse o número de matrículas e uma melhor adequação dos cursos de acordo com a realidade e necessidade da região.

Após um longo período de debates e discussões, foi promulgada em 20 de dezembro de 1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.4.024/1961, LDBEN/1961 (BRASIL, 1961). No campo da Educação Profissional estabeleceu a completa equivalência dos Cursos Técnicos com o Ensino Secundário, para efeito de ingresso no Ensino Superior. Foi permitida, também, a matrícula no Ensino Médio, para os concluintes dos Cursos de Aprendizagem, em série adequada ao grau de estudo atingido na referida etapa. Finalmente ficou definido o currículo não profissional dos Cursos Pré-técnicos, com duração de um ano, que seriam ofertados pelas escolas técnicas e contemplariam as disciplinas do Curso Colegial Secundário. De acordo essa LDBEN a estrutura organizacional ficou assim: O Ensino Primário, por essa legislação tinha duração de 4 anos, podendo ser acrescidos dois anos, voltados para o desenvolvimento de artes aplicadas; o Ensino Médio era subdividido em dois ciclos – Ginásial (quatro anos) e Colegial (três anos) – e contemplava os Cursos Secundário, Normal, Industrial, Comercial e Agrícola. O Ensino Superior tinha uma estrutura própria.

Regime Militar (1964 – 1985) – Neste período histórico, o país passou a ser governado através de Atos Institucionais e Complementares; Leis de Segurança Nacional e Decretos. Houve neste período a Constituição de 1967, que entre outras disposições manteve a competência da União para elaborar e veicular o Plano Nacional de Educação e legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Ampliou o ensino obrigatório para oito anos, mas extinguiu a vinculação orçamentária para a manutenção e o desenvolvimento da educação.

Em 11 de agosto de 1971 foi criada a Lei n.5.692/71 (BRASIL, 1971), que alterou em parte, a LDBEN/1961, que fixou as diretrizes e bases para a organização do Ensino de 1º e 2º Graus. Assim, o Ensino de 1º Grau era constituído pelos Ensinos Primário e Ginásial (1º

Ciclo), com duração de oito anos. O 2º Ciclo, denominado de Ensino de 2º Grau, era desenvolvido em três ou quatro anos e destinado, compulsoriamente, à habilitação profissional, mais especificamente, à capacitação de técnicos e/ou de auxiliares técnicos. Como se observa buscou-se pelo menos na teoria, promover a extinção da dualidade da educação, na medida em que se propôs uma trajetória única para todos os estudantes.

Tendo em vista esta função contenedora, no que diz respeito ao adestramento do Ensino Superior, o Estado determinou a prática da profissionalização compulsória, que tendo a terminalidade como premissa básica, possibilitava aos egressos do Ensino do 2º Grau, possibilidade de adentrar no mundo do trabalho para exercer a habilitação profissional, o qual havia sido certificado. Contudo, somente as escolas técnicas e agrícolas da Rede Federal é que conseguiram ministrar um ensino profissionalizante de qualidade, com professores qualificados e sobretudo da existência de infraestrutura adequada em relação aos laboratórios, equipamentos e oficinas. Nas demais escolas públicas houve a carência de professores especialistas nas áreas de atuação, bem como a falta de estrutura física, equipamentos e laboratórios adequados, o que nos dias de hoje não está muito diferente.

Nova República (1985 – 20..). Em março de 1985, iniciou a transição progressiva da democracia, que provocou a saída dos militares e a entrada do governo civil, exercido por José Sarney, começando assim o período da nova República até os dias atuais.

Em 1986 o Governo Federal instituiu o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC). Este programa contava com recursos do Banco Mundial, que previa a instalação de 200 escolas técnicas industriais e agrícolas de Ensino de 1º e 2º Graus que se embasava em uma visão produtivista e fragmentada da educação.

Em 1988 é promulgada a atual *Constituição Brasileira* denominada de *Constituição Cidadã*, pois teve participação de vários setores da sociedade civil, entre eles os educadores, nos debates para sua elaboração. Nesta Constituição de 1988 a educação está como direito de todos e dever do Estado e da família; oferta do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito e a progressiva universalização e gratuidade do Ensino Médio. A Educação Profissional não é tratada, de maneira específica, mas em seu artigo 205, está explícito que a educação “*visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.*”

Nesse clima de participação democrática, foi iniciado também o processo de discussão de uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação que priorizava a redemocratização. Constata-se assim, outro importante momento, os debates em torno dos

rumos que deveria ser dados a educação e por consequência ao Ensino do 2º Grau e à Educação Profissional brasileira.

Kuenzer afirma que:

[...] não há como compreender o Ensino Médio no Brasil sem toma-lo em sua relação com o ensino profissional [e vice-versa], já que ambos compõem as duas faces indissociáveis da mesma proposta: a formação de quadros intermediários, que desempenharão, no contexto da divisão social e técnica do trabalho, as funções intelectuais e operativas em cada etapa do desenvolvimento das forças produtivas [...]. Para a maioria dos jovens, o exercício do trabalho digno será a única possibilidade de continuar seus estudos em nível superior, o Ensino Médio, portanto deverá ser responder ao desafio de atender a estas duas demandas: o acesso ao trabalho e a continuidade de estudos, com competência e compromisso (KUENZER, 2007, p.26-38).

Assim, é lançado o desafio de se propor uma educação com formação humana, cidadã e voltada para o trabalho. Nesse sentido duas questões são primordiais a ser enfrentadas: reorientação da política nacional no tange elaboração de novas diretrizes, a relação estabelecida na formação escolar, a Educação Profissional, as transformações do mundo do trabalho e a histórica e contraditória convivência entre a formação propedêutica e a formação técnica, tendo em vista a desarticulação entre Ensino Médio e a Educação Profissional.

A década de 1990 foi marcada por transformações na forma de organização do trabalho e, conseqüentemente, da educação. A nova organização capitalista, que repercutiu tanto no setor produtivo, quanto no setor social, não poderia de deixar de trazer desdobramentos na área educacional, surgindo o conceito de competência na educação.

Nesse período de mudança econômica, política e social é elaborado outro Projeto de LDBEN, de autoria de Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Correa, com um caráter liberal conservador. No decorrer do trâmite para a aprovação da LDBEN, a Lei n.8.948, de 8 de setembro de 1994 (BRASIL, 1994) institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pelas Instituições de Educação Tecnológica.

Ressalta-se que no período da ditadura militar, foram criados os três primeiros CEFET (Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro), conhecidos como CEFET Históricos, que, foram autorizados a ministrar Cursos de Graduação e Pós Graduação, além dos tradicionais Cursos Técnicos. Mas na década de 90 esse processo aconteceu de forma diferente, CAMPELLO (2007).

Depois de conturbados anos, e de várias discussões finalmente em 20 de dezembro de 1996 aprovada e sancionada a *Lei n.9394/96* (BRASIL, 1996). Nessa lei, a Educação Profissional tem um capítulo exclusivo - *Capítulo III do Título V*, que em apenas quatro artigos, sendo considerada como uma modalidade de educação, foi apresentada de forma separada dos níveis de ensino ofertados pela educação brasileira. Conclui-se aqui que esse documento normativo privilegiou a articulação e não a integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, conforme ocorria, anteriormente. Os artigos da *LDBEN/1996*, referentes à Educação Profissional, estão destacados a seguir:

Art.39 – A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e a à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do Ensino Fundamental, Médio e Superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art.40 – A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41 – O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de curso de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art.42 – As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL, 1996).

Percebe-se a fragilidade da relação estabelecida entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, a reaproximação com as propostas neoliberais, priorizadas no mundo globalizado e flexível, que tem demandado na atualidade, uma capacitação voltada para a formação de trabalhadores adaptáveis à transitoriedade e à competitividade dos mercados capitalistas.

De acordo com Saviani (2000), pode -se verificar que as indefinições, presentes na *LDBEN/1996* (BRASIL, 1996), tinham como objetivo deixar o caminho livre para as reformas previstas para a Educação Profissional, tendo como exemplo, o Projeto de Lei n.1.603/1996 (BRASIL, 1996).

Em síntese esse projeto previa: extinção da integração entre a Educação Geral e a Profissional, uma Educação Profissional desvinculada a concepção de execução e sim visando atender as necessidades do mercado, a extinção da responsabilidade o Estado, em relação ao

custeio da Educação Profissional e o fim da equivalência entre o Ensino Médio a Educação Profissional (OLIVEIRA, 2003).

Tendo em vista a promulgação da LDBEN/1996, o referido projeto tornou-se desnecessário, entrando em vigor o Decreto n.2.208, de 17 de abril de 1997 (BRASIL, 1997), que estabeleceu a Reforma do Ensino Técnico e, entre outras determinações, inviabilizou a oferta da Educação Profissional integrado ao Ensino Médio. O Decreto n.2.208/1997 (BRASIL, 1997) regulamentou o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 dessa lei, conforme descrevemos a seguir:

Art.2º - A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.

Art.3 – A educação profissional compreende os seguintes níveis:

I – básico: destinado à qualificação, requalificação e profissionalização de trabalhadores, independente da escolaridade prévia;

II – técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III – tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico [...]

Art. 5 – a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida na forma concomitante ou sequencial a este.

Parágrafo Único: As disciplinas de caráter profissional, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% do total da carga horária mínima deste nível de ensino, poderão ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional, que eventualmente venha a ser cursada, independente de exames específicos (BRASIL, 1997).

Desta forma, destacamos que a Educação Profissional passou a ser ofertada de forma concomitante ou sequencial ao Ensino Médio e, segundo (OLIVEIRA 2000), no que tange a educação profissional estava focada nas demandas específicas do setor produtivo, focando os processos formativos aos processos de treinamento de trabalhadores e, portanto, afastada dos objetivos de uma Educação Tecnológica. As instituições federais de Educação Tecnológica tiveram 4 anos para implementar o disposto nos artigos 39 a 42 da LDBEN/1996 (BRASIL, 1996) e no Decreto n.2.2208/1997 (BRASIL, 1997), por meio de um Plano de Implantação, elaborado em consonância com a Portaria MEC n.646 de 14 de maio de 1997 (BRASIL, 1997). Entre outros, este documento determinou que o ingresso de aluno em 1998 deveria ocorrer de acordo com as novas ofertas da Educação Profissional, ou seja, concomitante ou subsequente e que o número de vagas a serem oferecidas para o Ensino Médio, com matrícula

independente da Educação Profissional, não poderia exceder a 50% do total de vagas, disponibilizadas para os cursos da instituição, em 1997 (BRASIL, 1997).

No ano seguinte à publicação do Decreto n.2208/1997 (BRASIL, 1997), o número total de matrículas do ensino médio declinou em 6,4%, mas outros fatores além do determinado na Portaria MEC N.646/1997 contribuíram para este declínio: a evasão, a repetência o trancamento de matrícula.

Em 1998 foi publicada as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, por meio da publicação da Resolução CNE/CEB n.3, de 26 de junho (BRASIL, 1998) e o Parecer CNE/CEB n.15, de 1º de junho (BRASIL, 1998) que a acompanha. No ano seguinte, a Resolução CNE/CEB n. 4 de 8 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999), definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio, estabelecendo as competências profissionais, gerais para cada uma das áreas técnicas, específicas para cada qualificação profissional. Neste documento é estabelecido que as competências básicas, requeridas para a Educação Profissional deveriam ser construídas no âmbito dos Ensinos Fundamental e Médio. Parte desta resolução está transcrita abaixo:

Art. 5 – A educação profissional de nível técnico será organizada por áreas profissionais, constantes dos quadros anexos, que incluem as respectivas caracterizações, competências profissionais gerais e carga horárias mínimas de cada habilitação. [...].

Art. 6 – Entende-se por competência profissional a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.

Parágrafo único: As competências requeridas pela educação profissional, considerada a natureza do trabalho são as:

- I- Competências básicas, constituídas no ensino fundamental e médio;
- II- Competências profissionais gerais, comuns aos técnicos de cada área;
- III- Competências profissionais específicas de cada qualificação (BRASIL, 1999).

No ano de 2001, início de século XXI, foi aprovado o Plano Nacional de Educação 2001 – 2010 através da Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001(BRASIL, 2001)⁴, os quais foram fixados os objetivos e as metas a serem atingidas, no período de vigência do plano. No tocante

⁴ Esse foi o primeiro Plano Nacional de Educação do Brasil aprovado por lei federal. Em 1962, foi elaborado um plano, apenas por iniciativa do MEC, que contou com a aprovação do, então Conselho Federal de Educação. Esse plano, consistia basicamente em um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas em um prazo de oito anos. Em 1965, ele sofreu uma revisão, com a introdução de normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração dos planos estaduais. Em 1996, uma nova revisão, chamada de Plano Complementar de Educação, introduziu alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos (BRASIL, 2001 a).

a Educação Profissional, a análise realizada pelo PNE 2001-2010 destacou a imprecisão das informações disponíveis sobre a *formação para o trabalho*, devido a heterogeneidade ministérios, isto é, MEC e Ministério do Trabalho e pela iniciativa privada.

O PNE 2001-2010 definiu quinze metas para a Educação Profissional. É importante mencionar que três dessas metas referiam à necessidade de “Mobilizar, articular e ampliar a capacidade instalada na rede de instituições de educação profissional [...]” para triplicar, a cada cinco anos a oferta de Cursos Profissionalizantes Básicos, de Formação Técnica de Nível Médio e “[...] de educação profissional permanente para a população em idade produtiva e que precisa se readaptar às novas exigências e perspectivas do mercado de trabalho.

Com isso, com os desafios que foram colocados para a educação brasileira no início do século XXI, relacionados à capacitação do técnico de nível médio, que deveria privilegiar a articulação com o Ensino Médio e com o mundo do trabalho, nota-se que as políticas educacionais da década de 1990, tanto aprofundaram o histórico quadro dual da educação nacional quanto atribuíram aos jovens e aos trabalhadores a responsabilidade de superar as desigualdades socioeconômicas, educacionais, culturais, através do desenvolvimento de competências adequadas ao acesso e à permanência no sistema flexível de produção. Neste contexto é atribuído ao trabalhador a responsabilidade de se capacitar para se manter empregado.

Em 2004, o Decreto n. 2.2208/1997 (BRASIL, 1997) é revogado pelo Decreto n. 5.154, de 23 de julho (BRASIL, 2004), que conferiu um novo arranjo e Educação Profissional, no que diz respeito aos níveis dessa modalidade de educação, e que serão reescritos a seguir:

Art.1 – A educação profissional, prevista no **art. 39 da Lei n.9394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I – formação inicial e continuada de trabalhadores⁵;

II – educação profissional técnica de nível médio; e

III – educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 2004 a, grifos do original).

Esse documento normativo regulamentou também, a possibilidade, presente na LDBEN/1996 (BRASIL, 1996), da oferta do Ensino Médio integrado à Educação Profissional

⁵ Em 2014, o Decreto n.8.268, de 18 de junho, alterou o Decreto n.5154/2004 e esse inciso passou a vigorar com a seguinte redação: “qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores”. Informações retiradas de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm. Acesso em 27 set.2017.

Técnica. Assim o Decreto n. 5.154 (BRASIL, 2004) possibilitou a retomada da oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, mas manteve também as modalidades concomitante e subsequente, estabelecidos pelo decreto anterior.

Art. 4o A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no **§ 2o do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996**, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

§ 1o A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

§ 2o Na hipótese prevista no inciso I do § 1o, a instituição de ensino deverá, observados o **inciso I do art. 24 da Lei no 9.394, de 1996**, e as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio, ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas (BRASIL, 2004 a, grifos do original).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) publicadas recentemente para a Educação Profissional de Nível Técnico dizem que as organizações dos Cursos Técnicos serão por eixos tecnológicos, constantes no Catálogo Nacional, com a construção de itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados segundo os interesses dos sujeitos e as possibilidades das instituições educacionais.

Em 2014 depois de três anos e meio de tramitação no Congresso Nacional, a Lei n. 13.005, de 25 de junho, aprovou o atual Plano Nacional de Educação, que estabeleceu 20

metas e 254 estratégias para o desenvolvimento da educação brasileira. Para o cumprimento dessas metas, no decorrer do decênio 2014-2024.

O PNE 2014-2024 foi organizado em torno de quatro eixos principais. O primeiro deles diz respeito a metas estruturantes, para se garantir o direito de uma Educação Básica com qualidade, através da universalização da alfabetização e da ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas objetiva, especificamente, reduzir as desigualdades socioeducacionais e valorizar a diversidade, que são caminhos importantes para promover a equidade. Um terceiro bloco de metas está centrado na valorização de profissionais da educação considerada como estratégia para que as metas anteriores sejam atingidas. Por fim, o quarto eixo diz respeito ao Ensino Superior que não tem relação ao tema desta pesquisa, (BRASIL, 2014).

Ao longo dos anos a Educação Profissional com o Ensino Médio vem se desenvolvendo de forma ambígua e contraditória, pois em certos períodos ocorreu a implementação da profissionalização compulsória (1971) e em outros momentos de determinou a completa separação entre ambos.

No que tange a história da educação profissional pudemos perceber no que concerne as políticas públicas, muitas são as variáveis atreladas ao processo de evasão de forma geral. Em vários momentos da história nos deparamos com fatores que indiretamente ou diretamente remetem ao problema da evasão, como por exemplo a tentativa de erradicar o abismo existente entre ensino regular e ensino profissional, ao mesmo tempo, com a missão de proporcionar mão de obra qualificada para suprir as necessidades do mercado nacional principalmente no setor industrial. O CPS surge com esta mesma intenção.

As próprias políticas no Brasil que defendem a educação como elemento primordial para a mudança do quadro de desemprego do país, acabam por desconsiderar ações no sentido de melhorar a distribuição de renda; a dinâmica da escola que não consegue apresentar ao aluno o porquê que ele está lá e assim se coloca como um conjunto de obrigações a serem cumpridas.

Fatores históricos, políticos e sociais têm se mostrado tanto como variáveis geradoras de evasão como também estão se colocando como barreiras para a criação de estratégias no combate da mesma, uma vez que os olhares sempre se voltaram para a atração de novos estudantes deixando de lado a manutenção dos já ingressados.

Contudo, muitas mudanças se mostram necessárias para que possamos prosseguir na direção de uma educação com qualidade, orientada ao século XXI, capaz de ofertar a todos

uma educação humana, cidadã, seja ela para inserção do indivíduo na sociedade, seja para inserção no mundo do trabalho.

2.1 Centro Paula Souza - Perfil Histórico

A instituição foi criada pelo decreto-lei de 6 de outubro de 1969, na gestão do governador Roberto Costa de Abreu Sodré (1967 – 1971), como resultado de um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade de implantação gradativa de uma rede de cursos superiores de tecnologia com duração de dois e três anos.

Em 1970, começou a operar com o nome de Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET), com três cursos na área de Construção Civil (Movimento de Terra e Pavimentação, Construção de Obras Hidráulicas e Construção de Edifícios) e dois na área de Mecânica (Desenhista Projetista e Oficinas). Era o início das Faculdades de Tecnologia do Estado. As duas primeiras foram instaladas nos municípios de Sorocaba e São Paulo.

A trajetória do Centro Paula Souza vai além de seus 45 anos de fundação. Sua memória mistura-se com a história centenária do ensino profissional público em São Paulo. Em 1969, o órgão nasceu com a missão de organizar os primeiros cursos superiores de tecnologia, mas no decorrer das décadas, acabou englobando também a educação profissional do estado em nível médio, absorvendo unidades já existentes e construindo novas Etecs e Fatecs para expandir o ensino profissional a todas as regiões do Estado.

O Centro Paula Souza é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI).

A primeira grande expansão acontece em 1993, decorrente do Decreto Estadual nº37.735 de outubro de 1993 (SÃO PAULO, 1993), que transfere 82 escolas técnicas das Secretarias da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e da Secretaria da Educação para o Centro Paula Souza.

Destacam-se outras fases de expansão das unidades de Ensino Técnico; uma ocorrida entre 2004 a 2008, onde a instituição passou de 105 para 151 unidades; em 2012 quando apresentava 209 escolas; em 2014 onde totalizava 218 escolas técnicas, e atualmente com 221 escolas segundo informações divulgadas em seu site oficial. (Centro PAULA SOUZA. 2017)

Está presente em aproximadamente 300 municípios, como já mencionado anteriormente com 221 Escolas Técnicas (Etecs) e 68 Faculdades de Tecnologia (Fatecs)

estaduais, ultrapassando o número de 290 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superior tecnológicos (CENTRO PAULA SOUZA, 2017).

As Etecs atendem mais de 211 mil estudantes nos Ensinos Técnico, Médio e Técnico Integrado ao Médio, com 139 cursos técnicos para os setores industrial, agropecuário e de serviços, incluindo habilitações nas modalidades presencial, semipresencial, online, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e especialização técnica.

Já as Fatecs superam a marca de 80 mil alunos matriculados em 73 cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas, como Construção Civil, Mecânica, Informática, Tecnologia da Informação, Turismo, entre outras. Além da graduação, são oferecidos cursos de pós-graduação, atualização tecnológica e extensão.

O CPS tem por objetivo intensificar o desenvolvimento sustentável do Estado, estimular as vantagens competitivas das empresas e dos empreendedores paulistas, incorporar tecnologia e inovação aos produtos da região e fortalecer as condições para atração de investimentos no Estado (CENTRO PAULA SOUZA, 2017).

A Figura 1 apresenta o número de matrículas no ano de 2017, segundo dados da própria Superintendente do Centro Paula Souza Prof^a. Laura Laganá.

Figura 1: Alunos matriculados 1º sem/2017



Fonte: Centro Paula Souza, 2017

A Figura 2 apresenta o número de alunos matriculados no 1º semestre de 2017 em todos os eixos tecnológicos oferecidos no Centro Paula Souza.

Figura 2: Alunos matriculados por eixo tecnológico



Fonte: CPS, 2017

A Figura 3 apresenta a evolução das matrículas no período entre os anos de 2000 e 2017. Verifica-se que no período 2004-2014 houve uma substantiva expansão de matrículas dessa instituição com destaque para o crescimento 2009-2012 com a implantação das chamadas Classes Descentralizadas.

As classes descentralizadas estão amparadas pela Deliberação CEE nº 06/99 que autoriza sua instalação, por prazo determinado, para atender a um projeto educacional com justificativa social e atendimento a uma demanda específica ou transitória, visando à oferta de educação profissional de nível técnico. (CPS, 2017)

Figura 3: Evolução das matrículas no período de 2002 a 2017:



Fonte: Banco de Dados - BDCetc

De acordo com os dados institucionais a instituição tem como missão “promover a educação profissional pública dentro de referenciais de excelência, visando ao atendimento das demandas sociais e do mundo do trabalho”; tem como visão consolidar-se como centro de excelência e estímulo ao desenvolvimento humano e tecnológico, adaptado às necessidades da sociedade.

Os objetivos estratégicos, segundo dados da própria instituição são:

- a) Atender/Antecipar-se às demandas sociais e do mercado de trabalho;
- b) Obter a satisfação dos públicos que se relacionam com o Centro Paula Souza;
- c) Aperfeiçoar continuamente os processos de planejamento, gestão e as atividades operacionais/administrativas;
- d) Alcançar e manter o grau de excelência diante do mercado em seus processos de ensino e aprendizagem;
- e) Estimular e consolidar parcerias (internas e externas), sinergias e a inovação tecnológica;
- f) Reconfigurar a infraestrutura e intensificar a utilização de recursos tecnológicos;
- g) Promover a adequação, o reconhecimento e o desenvolvimento permanente do capital humano;
- h) Incentivar a transparência e o compartilhamento de informações e conhecimentos;
- i) Assegurar a sustentabilidade financeira da instituição.

Diretrizes estratégicas

Excelência em educação humana e tecnológica: alcançar e manter o grau de excelência em seus processos de ensino e aprendizagem focados na aplicação da tecnologia, criatividade e no desenvolvimento de competências humanas e organizacionais;

Satisfação dos públicos (interno e externo): compreender as necessidades dos públicos interno e externo com objetivo de atender as suas expectativas;

Valorização do capital humano: assegurar a valorização dos servidores do Centro Paula Souza por meio de ações que estimulem a prática inovadora.

Alto desempenho e melhoria permanente: garantir processos permanentes de autocrítica institucional que viabilizem a melhoria contínua das atividades do Centro Paula Souza com o objetivo de alcançar resultados e metas;

Parcerias, sinergias e inovação tecnológica: estimular a busca de interesses comuns nas iniciativas pública e privada para o aprimoramento do conhecimento, da formação profissional e da gestão administrativa de modo a prover a sustentabilidade da instituição.

Transparência: Compartilhar de forma sistêmica informações de interesse dos públicos interno e externo.

A partir desses aspectos norteadores, o CPS faz uso de alguns indicadores educacionais que atribuem valores a sua educação de qualidade, valores esses que não são apenas de alunos, mas também a outros contextos como, por exemplo, o econômico e/ou social nos quais a escola está inserida.

Os indicadores são de grande importância para o monitoramento da permanência e qualidade da aprendizagem de todos os alunos. Assim, os indicadores auxiliam a escola na elaboração do seu Plano Plurianual de Gestão (PPG), fundamentando os projetos a serem desenvolvidos, o estabelecimento das metas com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e dos serviços educacionais oferecidos a sociedade.

O CPS institucionalizou os seguintes indicadores, considerados como oficiais dentro da Instituição: Sistema de Avaliação Institucional (WEBSAI); Observatório Escolar, Banco de Dados (BDCetec), Gestão Dinâmica da Administração Escolar (GDAE), Demandas de Vestibulinho e Taxa de Concluinte Curso, Novo Sistema Acadêmico (NSA).

Há também outros indicadores como a Evasão, Progressões Parciais, Análise das Atas dos Conselhos Intermediários e Finais, Deliberação CEE 155/2017 (SÃO PAULO, 2017), Cumprimento de Metas estabelecidas no Plano Plurianual de Gestão (PPG), cumprimento da Meta Institucional de Redução de 50% dos índices de evasão dos cursos técnico noturnos (Ofício 003/2016 – Cetec) entre outros.

A partir do ano de 2016 o Centro Paula Souza através do Grupo de Supervisão Pedagógica Educacional, vem realizando formas para o enfrentamento da evasão. Principalmente nos cursos noturnos, com prioridade nos primeiros módulos.

A instituição tem como meta a *Redução de 50%* dos índices de evasão dos cursos oferecidos em suas 221 unidades. No sentido de orientar as escolas de que ações realizar para o enfrentamento da evasão e cumprimento da meta, ficou estabelecido algumas ações norteadoras (Ofício 003/2016 – Cetec) tais como: receber os alunos na 1ª semana do curso, esclarecendo os objetivos do curso; trabalhar lacunas de aprendizagem, acompanhamento das faltas e contato com os alunos faltantes; palestras motivacionais entre outros.

Para o trabalho em questão serão analisados os dados de evasão, a partir da análise de documentos dos alunos matriculados e concluintes de cada curso e módulo foco deste trabalho, além do levantamento dos possíveis fatores que levaram o aluno a evadir/abandonar o curso.

3. CONTEXTO HISTÓRICO DA ETEC

A Etec local de investigação deste trabalho foi criada em 23 de fevereiro de 1948 pela Lei Estadual nº. 77, chamada na época, Escola Industrial, a qual extinguiu o Núcleo de Ensino Profissional que vinha funcionando desde 1934 e encampando a Escola Profissional Feminina Municipal, que funcionava juntamente com o Núcleo de Ensino Profissional. Da junção destas duas escolas, nasceu a Escola Industrial funcionando somente com classes femininas. (Projeto Político Pedagógico da Etec (PPP-2016)).

Em 1950 ingressa a primeira turma masculina e instala-se o curso de Mecânica de Máquinas. A equiparação da Escola Industrial às demais escolas secundárias foi efetivada pelo Decreto Estadual nº. 32.107, de 21 de janeiro de 1953 (São Paulo, 1953).

Em 1965, através do Decreto Estadual nº. 44.533, de 18 de fevereiro, passou a denominar-se "Ginásio Industrial". Em 1976, muda o nome para "Centro Estadual Interescolar", em 1980, volta a denominar-se Escola, mas "Escola Estadual de 2º. Grau", por dedicar-se a formação de técnicos e profissionais para atuarem em Araraquara e região.

Em 1994 passou a ser administrada pelo Centro Paula Souza (CPS), autarquia Estadual de Regime Especial, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado de São Paulo. Esse órgão do governo estadual tem por objetivo intensificar o desenvolvimento sustentável do Estado, estimular as vantagens competitivas das empresas e dos empreendedores paulistas, incorporar tecnologia aos produtos da região e fortalecer as condições para atração de investimentos do Estado.

O Centro Paula Souza (CPS) constitui-se, hoje, na principal Instituição Pública de Educação Profissional do País, pela diversidade das áreas de formação e regiões atendidas e pela quantidade de vagas oferecidas. A Etec está hoje inserida neste grande contexto, oferecendo¹⁴ (quatorze) habilitações técnicas, cursos técnicos em (Administração, Logística, Recursos Humanos, Contabilidade, Secretariado, Nutrição e Dietética, Agente Comunitário de Saúde, Enfermagem, Mecânica, Mecatrônica, Informática, Informática para Internet, Eventos, Agenciamento de Viagens) 2 (duas) turmas do ETIM – Ensino Técnico em Informática Integrado ao Médio, 1 (uma) turma do ETIM – Ensino Técnico em Administração Integrado ao Médio, 3 (três) turmas do Programa Vence (Ensino Técnico (Administração, Informática e Mecatrônica) Integrado ao Médio, além do desenvolvimento de 9 (nove) turmas do Ensino Médio, o que se torna o principal desafio desta estrutura, precisando ser adotadas novas formas de atuação, no tocante ao atendimento, acompanhamento, assistência, orientação a necessidade de adequação de oferta de cursos nos diversos processos produtivos, na

organização do trabalho e nos perfis dos profissionais das habilitações a que se propõem desenvolver no ano de 2016.

A Etec em apreço de acordo com seu Projeto Político Pedagógico 2016 dispõe de várias salas de aulas equipadas com data show e sistema de som, além de vários laboratórios para as aulas práticas dos seus cursos técnicos. Tem também sala de audiovisual, uma biblioteca informatizada com acesso à internet e um acervo aproximado de 5.200 (cinco mil e duzentos) livros.

Nos últimos onze (11) anos a escola foi premiada pelo Instituto Brasileiro de Tecnologia Avançada (IBTA), devido ao desempenho do ensino médio nos exames do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), é considerada a melhor escola pública da cidade. Sempre buscando manter-se como referência na formação técnica e profissional, a Etec vem, constantemente, criando novos cursos e atualizando seu conteúdo didático-pedagógico procurando suprir as necessidades do mercado local e regional.

A Etec oferece cursos técnicos organizados por módulos, compondo itinerários formativos construídos a partir de perfis profissionais de conclusão (§2º do artigo 35 do Regimento Comum das Escolas Técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CPS). O Quadro 2 mostra os eixos tecnológicos, os cursos e seus módulos, a quantidade de alunos de cada curso, e o período. Salientamos que no Quadro 2 serão apresentadas todas as habilitações oferecidas na Etec e neste trabalho não serão objeto de estudo os cursos de Ensino Médio, Ensino Técnico Integrado ao Médio e as habilitações oferecidas no período da tarde, são objeto de estudo as habilitações oferecidas no período noturno.

Quadro 2: Eixo Tecnológico, curso, quantidade de classes e alunos e período

Eixo Tecnológico	Curso	Quantidade de classes	Período	Quantidade de Alunos
Ambiente e Saúde	Técnico em Enfermagem	03	Noite	94
Ambiente e Saúde	Técnico em Nutrição e Dietética	03	Noite	103
Gestão e Negócios	Técnico em Administração	05	Noite	182
Gestão e Negócios	Técnico em Secretariado	02	Noite	78
Gestão e Negócios	Técnico em Contabilidade	02	Noite	76
Gestão e Negócios	Técnico em Logística	03	Noite	112
Gestão e Negócios	Técnico em Recursos Humanos	03	Noite	111
Informação e Comunicação	Técnico em Informática	01	Noite	39
Controle e Processos Industriais	Técnico em Mecânica	04	Noite	128
Controle e Processos Industriais	Técnico em Mecatrônica	04	02 – Tarde 02 - Noite	138
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Agenciamento de Viagem	01	Noite	35
Base Nacional Comum	ETIM – Ensino Técnico em Informática Integrado ao Médio	02	Manhã	73
Base Nacional Comum	ETIM – Ensino Técnico em Administração Integrado ao Médio	01	Manhã	40
Programa Vence	Técnico em Administração Integrado ao Médio	01	Manhã/Tarde	30
Programa Vence	Técnico em Informática Integrado ao Médio	01	Manhã/Tarde	33

Programa Vence	Técnico em Mecatrônica Integrado ao Médio	01	Manhã/Tarde	21
-------------------	--	----	-------------	----

Fonte: Banco de Dados Cetec

Segundo o Projeto Político Pedagógico PPP da Etec (2016), o enfoque pedagógico desta escola constitui-se em um meio para guiar a prática docente, sendo o currículo organizado por meio de competências direcionado para a construção da aprendizagem do aluno, enquanto sujeito do seu próprio desenvolvimento. Para tanto, a organização do processo de aprendizagem privilegia a definição de projetos, problemas e/ou questões geradoras que orientam e estimulam a investigação, o pensamento e as ações, assim como a solução de problemas. Dessa forma, a problematização, a interdisciplinaridade, a contextualização e os ambientes de formação se constituem em ferramentas básicas para a construção das habilidades, atitudes, valores, emoções e informações relacionadas que estruturam as competências requeridas para o desenvolvimento profissional do técnico.

No tocante aos objetivos e metas do Centro Paula Souza, a Etec busca o desenvolvimento do aluno que atenda às expectativas da comunidade onde está inserida, voltado ao desenvolvimento tecnológico, econômico, social e cultural da sociedade paulista, tendo como missão a formação de profissionais de nível técnico para o parque industrial das várias áreas e serviços de ensino, contribuindo com a geração de empregos e com o progresso econômico, social, cultural e tecnológico do Estado de São Paulo.

Os cursos técnicos oferecidos estão voltados para a necessidade de recursos humanos qualificados e competentes para atuar no mercado de trabalho, situados na realidade e contexto local e regional. A excelência do ensino médio tem propiciado a inserção de alunos no ensino superior em faculdades e universidades públicas e privadas, destacando-se ainda nas Olimpíadas de Matemática, no ENEM desde sua implementação e no desenvolvimento de projetos interdisciplinares e integradores que trazem retorno para sua formação profissional, cidadã e ética do corpo discente, bem como atingindo os anseios e aspirações da comunidade local.

Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com a organização curricular, conhecimento e com a função social da escola, exige um pensar e uma reflexão contínua de todos os envolvidos neste processo. Nesse local busca-se construir um ambiente de aprendizagem favorecendo a formação de profissionais mais conscientes,

críticos, criativos, dinâmicos, proativos e comprometidos para a edificação de um mundo mais humano.

Há a consciência, por parte dos educadores e da Comunidade Escolar de que este trabalho se encontra aberto a todo e qualquer tipo de sugestão e encaminhamentos.

A Etec estabelece seus valores e princípios para orientar a ação pedagógica e trabalhar os diferentes tipos de valores entre os alunos. Para isso necessita-se rever as práticas educacionais (procedimentos metodológicos e didáticos) e repensar a ação pedagógica de como ensinar valores. Os valores que pautam as ações escolares são baseados nos princípios da Igualdade, Gestão Democrática, Liberdade, Cooperação, Atitude Ética e Inclusão Escolar.

3.1 Princípios Pedagógicos da ETEC

O trabalho pedagógico envolve a participação efetiva de toda equipe da Unidade Escolar sustentado por princípios pedagógicos que concretizem o processo ensino e aprendizagem. O elo do ensinar ao aprender acontece quando esses princípios articulam-se, sendo que a conexão estabelecida indica à transformação das pessoas e a produção do conhecimento durante as atividades e os projetos educativos para formar cidadãos conscientes, responsáveis e críticos para atuarem na sociedade (COSTA, EBISUI, FURTADO, 2016).

3.2 Proposta Curricular

O enfoque pedagógico constitui-se em um meio para guiar a prática docente, sendo o currículo organizado por meio de competências direcionado para a construção da aprendizagem do aluno, enquanto sujeito do seu próprio desenvolvimento. Para tanto, a organização do processo de aprendizagem privilegia a definição de projetos, problemas e/ ou questões geradoras que orientam e estimulam a investigação, o pensamento e as ações, assim como a solução de problemas.

Dessa forma, a problematização, a interdisciplinaridade, a contextualização e os ambientes de formação se constituem em ferramentas básicas para a construção das habilidades, atitudes, valores, emoções e informações relacionadas que estruturam as competências requeridas.

3.3 Processo de Avaliação da Aprendizagem

Os tipos de avaliação não são excludentes entre si. Uma avaliação pode ter características diagnósticas, formativas e somativas ao mesmo tempo, servindo para diferentes objetivos.

Apresenta-se a seguir como são identificados, avaliados e encaminhados os casos de alunos com baixo rendimento escolar, assim como a forma de avaliar o aluno:

São identificados os casos de alunos que não respondem ao esperado através dos conceitos das avaliações pela ata do Conselho Intermediário de Classe. Evidenciam-se todos os conceitos insuficientes e alguns regulares que o professor achar necessário que implementem medidas profiláticas para a permanência do aluno na escola e para que tenha rendimento escolar melhor. Utilizam-se as menções finais por bimestre como **MB (muito bom)**, **B (bom)**, **R (regular)** e **I (insuficiente)** e são enviadas para Secretaria Acadêmica pelo Novo Sistema Acadêmico através das atividades avaliativas conduzidas pelos professores de cada componente curricular.

Os professores são orientados para a realização de várias atividades avaliativas. Utilizam-se diversificados instrumentos de avaliação e para cada um deles, critérios dependendo do componente curricular da Organização Curricular. Antes da avaliação os alunos são avisados sobre os critérios estabelecidos. Os alunos também são avaliados através de Projetos interdisciplinares e intersetoriais. Enfatiza-se a transdisciplinaridade, estimula-se a reflexão, criticidade, cooperação e criatividade. Quando se detecta o mau rendimento do aluno em alguma competência do Plano de Trabalho Docente (PTD), o professor acompanha o aluno através de recuperação contínua e sistemática, e de preferência imediatamente após a observação de que o aluno não se apropriou da competência a ser trabalhada.

No final do bimestre, os professores encaminham o conceito final para a Secretaria acadêmica. Todos os professores da classe, juntamente com a diretora da escola, o orientador educacional, coordenador pedagógico, coordenador de curso e diretor acadêmico reúnem-se para um Conselho Intermediário de Classe onde discutem a conduta e rendimento de cada aluno particularmente. Nesse momento, pode-se mudar o conceito entre os pares. Caso haja necessidade, faz-se encaminhamento do aluno que tiver algum problema que interfira em seu rendimento escolar para profissionais capacitados. Caso haja problema de falta, por vários dias, os pais ou responsáveis são avisados para comparecerem à escola a fim de dialogarem com os coordenadores. Caso continue a faltar ou mantém o problema detectado, envia-se telegrama para pai ou responsável. Se persistir, encaminha-se para o Conselho Tutelar. Todas

as ocorrências são devidamente documentadas em ata e assinada pelos responsáveis (se menor – pelo pai ou responsável, se maior pelo próprio aluno e professores, coordenadores e diretor).

Após o Conselho intermediário de classe, cada aluno que obteve rendimento insatisfatório recebe um documento de cada componente curricular (Deliberação CEE 127/14). Nesse documento, por não ter conseguido acompanhar o aprendizado é orientado e alertado, destacando os aspectos de fragilidades/dificuldades, assim como as condutas que devem ser tomadas para que melhore e avance nos estudos. Se menor, realiza-se reunião com os pais/responsáveis.

Os alunos são orientados pelos professores, orientador educacional, coordenador de curso e/ou coordenador pedagógico a assistirem a aula, num período; e no outro estudarem de forma solitária em ambiente propício ao estudo o conteúdo que assistiram e desenvolveram na escola naquele dia. Devem atender as necessidades humanas básicas de sono e repouso, dormindo 8 horas por noite, já que o organismo necessita desse tempo para assimilar e apropriar-se do conhecimento construído e dessa forma, aprender. Em outros momentos deve estudar em grupo para aprenderem a desenvolver trabalho em equipe, divisão de tarefas, praticar a liderança, saber ouvir e dialogar, aprender a argumentar e contra argumentar e acima de tudo respeitar as opiniões alheias e ampliar e aprofundar o conhecimento. A Unidade Escolar incentiva a formação de grupos de estudos, projeto aluno monitor, atividades na biblioteca, atendimento com psicólogos e estagiários formandos de Psicologia para acompanhamento do rendimento escolar dos alunos que necessitam de maior atenção nesse aspecto.

Ao mudar de módulo, o aluno que não conseguir êxito em algum componente curricular poderá realizar a Progressão Parcial (PP). Nesse caso, o professor, orientador educacional e o coordenador pedagógico acompanharão esse aluno dando suporte e apoio didático pedagógico através de atividades que contemplem todas as competências, habilidades e bases tecnológicas necessárias e que o aluno consiga superar a defasagem. O professor também acompanhará o aluno com a metodologia diferenciada através de atividades e interatividade no Moodle, oferecido no Curso Técnico em Enfermagem.

Com a planilha completa, o diretor acadêmico, coordenador de curso, orientador educacional e o coordenador pedagógico realizarão um relatório com todos os gráficos descritos, analisados, discutidos e concluídos sobre os alunos que tiveram dificuldades e mau rendimento escolar, com todas as condutas e tentativas de recuperar o aluno. Os alunos em destaque (MB) relatam sua rotina de estudo e são incentivados e premiados, com o intuito de motivar os demais.

Nos casos de alunos com baixa visão ou cadeirantes há um esforço conjunto para valorizar e ensinar o aluno especial. A avaliação pode ser adaptada no caso do primeiro e o ambiente também é facilitado para o ir e vir desses alunos, assim como para o seu melhor rendimento e socialização no processo ensino aprendizagem.

As causas do mau rendimento escolar do aluno podem ser orgânicas, cognitivas, emocionais, sociais e pedagógicas, associando-se com os principais elementos como a burocratização, condições de trabalho e remuneração dos professores, preconceito, comprometimento da auto estima dos alunos que vivenciam situações de fracasso escolar e a falta de acesso ao conhecimento tendo como consequências insucesso nas avaliações.

O monitoramento, a vigília constante é imprescindível para que a instituição educacional tenha subsídios de enfrentamento diante das peculiaridades do cotidiano escolar para que o aluno permaneça na escola com rendimento escolar satisfatório.

3.4 Formação dos Professores

Nos cursos profissionalizantes a maioria dos professores tem formação específica de engenheiros, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, administradores, entre outros, ou seja, precisam atualizar-se não somente na profissionalidade técnica, mas acima de tudo de professores. Para ensinar, precisa aprender como ensinar, surgindo a seguinte indagação: Será que nossos alunos estão conseguindo aprender o que precisamos ensinar? Para isso ressalta-se nas reuniões formais e informais sobre a diversificação de métodos e técnicas para ensinar e motivar, assim como diferentes formas de avaliar o aluno.

Despertar no aluno o que ele tem de melhor para desenvolver é o que, a todo momento, o professor precisa refletir. Daí a importância das inteligências múltiplas também estudadas pelos professores.

A Unidade Escolar disponibiliza as seguintes formações:

- Esquema I para professores que não tem formação pedagógica para atuarem na docência, sendo o CPS responsável por esta formação.

- Formação continuada: através das reuniões de planejamento, reuniões pedagógicas, reuniões com coordenadores de curso, capacitações sobre temática específica de cada curso, conferências pedagógicas, capacitação de TCC aos professores de Planejamento de TCC (PTCC) e Desenvolvimento de TCC (DTCC) de responsabilidade da Direção, Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional da Unidade de Ensino.

A Unidade escolar tem 120 docentes com carga horária distribuída no Ensino Médio, Ensino Médio Integrado ao Técnico e nos Cursos Técnicos. Os horários de funcionamento das aulas são distribuídos da seguinte forma: no período da Manhã: 7h30 as 12h00 (Ensino Médio Regular); das 7h30 às 15h30 (Ensino Médio Integrado ao Técnico); período da tarde das 13h00 às 17h30 e período da noite das 19h00 às 23h00.

3.5 Organização do Tempo

Para melhor organização do tempo e aumentar a produtividade de cada um consideram-se: o planejamento, levantamento e busca de solução de problemas, diálogo entre os membros da equipe diretiva, distribuição de atividades e divisão de tarefas durante reuniões semanais para o cumprimento do calendário letivo e, sobretudo para o processo ensino aprendizagem eficiente.

3.6 Espaço Escolar

O Espaço da Escola é um local modelo, onde muitas horas são investidas para a formação de pessoas e futuras gerações de profissionais técnicos.

O ambiente pedagógico da Etec “X” é um lugar acolhedor, com muitas árvores, perfume de flores, ventilação, espaço amplo, chafariz com lago de carpas coloridas, pássaros de várias espécies e comedouros e água para eles, extensão da biblioteca com espaço para leitura em ambiente coberto e sem cobertura no meio das árvores, e também o Cantinho do saber (onde disponibiliza-se revistas científicas para a utilização da comunidade escolar).

O hall de entrada é revestido de boa iluminação e ventilação, cor clara para ampliar o ambiente e quadro natural de plantas. Tem refeitório que oferece merenda seca aos alunos, que consiste em bolo, bolacha, barra de cereais e flocos de milho, almoço para os alunos do ensino integrado e jantar para os alunos do noturno proveniente de verba da Secretaria do estado de São Paulo. Existe uma cantina com orientação nutricional e que atende a legislação com alimentos que beneficiam os alunos. Vários laboratórios, oficinas. Salas de aula limpas, pintadas, algumas com piso adequado outras aguardando a reforma. Há também uma área de lazer com mesas de ping pong, xadrez e dama, espaço para leitura. Os quadros de aviso são muito bem organizados e atuais.

Em relação aos recursos humanos, quem faz a movimentação e funcionamento desse Espaço Escolar são todos os professores, funcionários, alunos, estagiários, gestores escolares,

profissionais de serviços terceirizados. Todos buscam superar as expectativas e transcendem os próprios limites. Afinal, trabalhar numa escola de grande porte com aproximadamente 2.000 alunos, 120 professores, 9 classes descentralizadas, ETIM, Programa Vence e EaD exige-se o desdobramento de muita dedicação e afinco.

É a cooperação, a colaboração, o empenho, o trabalho em equipe que torna esse local um ambiente atraente, prazeroso de se ficar, com forte e competente ensino qualificado, em que os que passam por aqui têm vontade de voltar. E isso acontece, inúmeras vezes nos deparamos com ex-alunos e funcionários que retornam a esta escola para relembrar os bons tempos que por aqui viveram. Isso é muito gratificante para quem dedica um terço de sua vida para o bom funcionamento da escola e, sobretudo para formar profissionais que edificarão famílias e outras vidas. Muitas delas retornam a esta escola, porque nossa maior publicidade e marketing configuram-se em nossos próprios alunos que fazem a propaganda positiva e envolvente desse local vivo, alegre, produtivo, acolhedor, educativo: uma verdadeira escola.

3.7 Gestão Administrativa

A gestão no contexto da organização escolar e as perspectivas para a orientação do trabalho de gestão competente somam-se para subsidiar o trabalho pedagógico na Unidade Escolar.

A globalização, a rapidez e o avanço tecnológico, o progresso e a evolução na pós modernidade conduz à profunda reflexão sobre a mudança paradigmática da administração para gestão.

A administração denota ações desarticuladas e fragmentadas, devido ao seu histórico, desde a mecanização e robotização do trabalho administrativo, em que prevalece o enfrentamento dos problemas de forma isolada e descompromisso com a coletividade, rigidez no desempenho e falha no papel social. Nesse contexto, o paliativo também reproduz nas instituições educacionais.

A gestão, por sua vez, imprime uma visão mais dinâmica devido à complexidade da realidade, o que exige empenho das organizações e dos sistemas de ensino para adequarem à rapidez que o mundo exige e impõe.

Desta forma, o gestor nos dias atuais tem a necessidade de refletir profundamente sobre sua prática para adequá-la às necessidades e problemas existentes com o intuito de subsidiar-se para à práxis e transformação de suas ações.

A gestão consiste num modelo, focando seu redimensionamento para a construção da realidade, ou seja, conduzir à transformação da dimensão política e social das organizações escolares, onde a participação consciente e esclarecida, a democratização do processo pedagógico, o compromisso e sinergia coletiva devem ser considerados os princípios ordenadores de um trabalho competente.

Portanto, as expectativas da sociedade em relação ao gestor no contexto das organizações e dos sistemas de ensino consistem na melhoria das condições de funcionamento das unidades educacionais zelando pela eficiência (gerando mais rapidez das ações e soluções de problemas), eficácia (melhor qualidade da prática desenvolvida) e efetividade para um processo ensino aprendizagem de excelência. Para isso, a consolidação da construção do conhecimento através de ensino adequado à realidade, inserida num contexto de uma era que precisa de melhores condições de vida é o que a população necessita para sustentar-se.

As perspectivas para a orientação do trabalho de gestão competente consistem, primeiramente, em apropriar-se do conhecimento e conscientizar-se sobre a necessidade do novo paradigma da gestão. Para isso, faz-se necessário a soma das contribuições individuais através de ação coordenada e orientada para resultados efetivos. No entanto, a prática deve estar voltada também para as questões sociais, sem desprezar a escrituração e burocratização, que são necessárias quando realizadas sem exagero.

Assim, a descentralização dos processos, a gestão compartilhada nas instituições de ensino em todos os níveis, a mudança da abordagem pedagógica, as alterações nas relações sociais da organização escolar são elementos essenciais para se conquistar competências no trabalho e primordialmente, voltadas às questões e soluções de problemas para uma sociedade que solicita e merece. Basta a tomada de decisão de cada um de seus componentes.

3.8 Processo do Desenvolvimento dos Alunos

3.8.1 Finalidade Cultural

Realiza-se a Semana Paulo Freire, na primeira semana do mês de maio, com atividades diversificadas para todos os alunos, com embasamento teórico com as idéias e pensamentos freireanos.

No decorrer do ano letivo, faz-se a preleção de especialistas de acordo com a especificidade de cada curso, para enriquecer o conhecimento profissional dos alunos através de relatos de experiências e vivências.

Visitas técnicas monitoradas, visitas culturais em museus, feira de livro, cinema.

3.8.2 Finalidade Política e Social

Realiza-se eleição de representantes de cada classe, com encontros mensais para discussão de melhorias do curso conduzidas pelo Coordenador de Projetos - Responsável pela Orientação e Apoio Educacional.

Capacitação para os representantes de classe com temas como: Hábitos e Técnicas de Estudos, Recuperação Contínua, Importância da liderança, Motivação em ação, Administração de conflitos, Comunicação interpessoal e Trabalho em equipe sob a organização e planejamento do Coordenador de Projetos - Responsável pela Orientação e Apoio Educacional. É realizado também junto aos alunos a eleição para APM, Conselho de Escola, CIPA Didática e Comissão da Biblioteca.

A Unidade Escolar oferece condições para a formação política dos educandos, juntamente com os órgãos governamentais que devem subsidiar as instituições educacionais para efetivarem essa finalidade. Ao desenvolver o ato político, a comunidade escolar, em seu cotidiano pratica ações estando atenta aos direitos, deveres, e proibições constatadas no regulamento escolar para cada um de seus componentes.

Realiza-se a eleição para formação e constituição do Grêmio Estudantil para desenvolver atividades voltadas aos interesses acadêmicos. Organização da comissão, reuniões periódicas com os integrantes e Orientador Educacional para prosseguir ações que oferecem retorno à Unidade Escolar.

A formação política dos educandos acontece no interior da sala de aula, da escola e além dela ao ir ao encontro das necessidades sociais, através da implantação e implementação de projetos junto à comunidade. Para isso a escola tem a ONG solidária que arrecada materiais não perecíveis, brinquedos, roupas de bebê, leite, materiais de higiene, entre outros para encaminhar para pessoas carentes.

3.8.3 Finalidade de Formação Ética e Profissional

A concepção de cidadania deve ser um exercício constante para a formação ética/moral com presença de diálogo, respeito às individualidades e diversidade cultural, relações transparentes, escuta atenta, líderes com características conciliadoras, defensores da justiça e proprietários de significado e sentido a sua prática profissional reflexiva. Todo esse

cuidado, sobretudo porque o que o aluno aprende na escola e marca a sua aprendizagem, se reproduzirá e estenderá por toda sua vida pessoal e profissional.

É um tema transversal, trabalhado e desenvolvido na formação dos alunos em todos os cursos oferecidos pela Unidade Escolar.

3.8.4 Finalidade Humanística

De acordo com a concepção freireana a temática principal para o favorecimento do aprendizado consiste na efetiva relação aluno professor focando a construção do conhecimento e do desenvolvimento integral da pessoa.

Dessa forma, os pensamentos e ideias de Paulo Freire assumem uma posição radicalmente comprometida com a realização de um humanismo libertador, dialógico, criativo e, acima de tudo, ético. A diversidade cultural, racionalidades, processos históricos e formas de vida que convivem em um mundo cada vez mais globalizado e complexo é a alternativa para a superação concreta das práticas sociais opressoras, bem como das estruturas e sistemas de dominação do homem pelo homem. Essa é uma exigência histórica e, portanto, política e ética para que a humanidade efetive sua autêntica vocação de humanização do mundo, como uma prática transformadora da realidade a qual estamos inseridos.

A Etec sempre preocupada com a evasão de seus cursos, tem tentado através de ações coletivas como introdução de novas metodologias de ensino, a recepção dos alunos ingressantes etc (ações com participação da equipe de gestão, coordenadores, professores) formas de minimizar seus índices de evasão, principalmente nos cursos do período noturno, evitando consequências para a unidade escolar. Neste trabalho de pesquisa procuraremos mapear quais são os fatores da evasão dos cursos técnico noturno da Etec.

4. METODO

O caminho percorrido no desenvolvimento deste estudo consistiu em:

1. Mapeamento Bibliográfico da literatura do objeto da pesquisa, com vistas a identificar conceitos, tal qual evasão, abandono, educação, educação profissional e outros que se apresentarem pertinentes. Serão utilizadas pesquisas documentais e bibliográficas, combinadas com pesquisas quantitativas.

2. Pesquisas documental Gil (2008) Pesquisa Documental: É muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc. Através de documentos que ficam arquivados na Secretaria Acadêmica, Novo Sistema Acadêmico (NSA) e Prontuários de alunos para identificar: quem evade, quando evade e por que evade.

As pesquisas documentais —não falam por si próprias, mas respondem às indagações dos investigadores, por isso é de extrema relevância ter clareza daquilo que se deseja buscar quando se optar por esse tipo de coleta de dados (SOUZA et al., 2010, p. 142).

Quanto à forma de abordagem, caracterizou-se como quantitativa, no caso da análise do material documental. Segundo Bardin (2010, p. 140); —a abordagem quantitativa funda-se na frequência de aparição de determinados elementos da mensagem.

Através da análise documental levantou-se os seguintes itens:

1- Número de alunos matriculados em cada módulo e em cada curso oferecido na unidade escolar (11 habilitações profissionais analisadas). Os cursos oferecidos são semestrais.

2- Número de alunos evadidos por módulo e por curso;

3- Cursos com maior índice de perdas;

4- Análise da movimentação (migração para outros cursos e/ou período) e aproveitamento dos alunos;

5- Os fatores que levam o aluno a evadir do curso, que podem ser internos ou externos a unidade escolar. As categorias de enquadramento interno e externo foi estabelecido pela Escola, através de documentos já sistematizados pelo Sistema ETEC. Como fatores internos podemos encontrar (dificuldade em acompanhar o curso, falta de professores para

determinados componentes curriculares, deficiência no preparo dos professores ou falta de aulas práticas, retenção entre outros). Fatores externos (dificuldade em conciliar escola com trabalho e outros cursos, dificuldade em ir as aulas, transferência para outra Unidade Escolar, problemas de ordem pessoal (doença, gravidez, desemprego etc).

A pesquisa pretende esclarecer em que dimensão se dá esse problema, suas causas e consequências, focando no âmbito estrutural, e, a partir de estudos realizados propor melhorias.

Para esta investigação, os sujeitos de pesquisa serão os registros dos alunos dos cursos técnicos em Administração, Agenciamento de Viagens, Contabilidade, Enfermagem, Informática, Logística, Mecânica, Mecatrônica, Nutrição e Dietética, Secretariado e Recursos Humanos, e o campo de estudo será uma Escola Técnica Estadual do interior do Estado de São Paulo, considerando que esta unidade de ensino apresenta 1854 alunos e oferece 13 habilitações profissionais e que para este estudo foram selecionadas 11 habilitações.

4.1 Instrumentos de Coleta de Dados

Para a realização da Pesquisa Documental, foram utilizados os seguintes instrumentos:

- Listas de Frequência para identificação dos alunos evadidos;
- Prontuários existentes na Secretaria Acadêmica para coleta de dados referentes aos fatores que levaram o aluno a evadir do seu curso;
- Plano Plurianual de Gestão e Projeto Político-Pedagógico para caracterização da escola e identificação dos registros de medidas internas relativas ao combate da evasão escolar; e

Por meio da Pesquisa Documental iniciou-se com a busca dos registros de matrícula dos alunos evadidos a partir de referências das listas de frequência de cada sala, tanto do primeiro semestre quanto do segundo semestre de 2016. As listas continham o Registro de Matrícula (RM), o nome turma e curso matriculados nos cursos técnicos, mas também dos alunos desistentes. Com esses Registros de Matrícula (RM), foi possível localizar os alunos nos prontuários existentes na Secretaria Acadêmica da ETEC e analisar os documentos lá existentes.

Como referenciais de análise para conclusão e considerações deste trabalho, foi utilizado os autores Gaioso (2005); Dore e Luscher (2011) e Rumberger (1998 e 2008) que em seus estudos tiveram como cenário para o estudo da evasão a educação profissional.

5. EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar hoje no Brasil, constitui um problema que cresce cada vez mais, afetando principalmente as escolas públicas. A evasão e o abandono constituem um processo muito complexo, dinâmico e cumulativo de saída do estudante do espaço da vida escolar. Várias discussões, estudos e debates têm ocorrido procurando encontrar o(s) “responsável(eis)” e a “solução” para o problema da evasão.

A evasão discente já vem sendo estudada pela maioria das unidades do CPS, de acordo com o Regimento Comum das Escolas Técnicas (2004) em seu artigo 57 encontra-se a seguinte definição para a evasão “perderá a vaga, em qualquer série ou módulo em que estiver matriculado, o aluno que se ausentar da escola por 15 dias consecutivos, sem justificativa, independentemente da época em que ocorrer”, complementado o que está dito neste artigo, sempre que isto corre nas unidades o aluno é desligado do curso pela Secretaria Acadêmica.

A evasão merece sim, muita atenção, pois não se trata de um problema restrito a algumas instituições de ensino, mas também, um problema de ordem nacional que afeta principalmente as classes menos favorecidas da sociedade.

O termo evasão é muito amplo, usado sempre dentro da problemática da não permanência do aluno na escola, mas há diversos significados e neste sentido é importante não perder de vista a diversidade de significado que é dado a este termo. A evasão escolar pode acontecer em decorrência da desistência/abandono, do trancamento de matrícula, e da reprovação.

No que tange ao seu conceito ou definição, a evasão apresenta também diferentes significados presentes na literatura brasileira. Gaioso (2005) a define como sendo a interrupção no ciclo de estudos, em qualquer nível de ensino. Kira (2002), que tem como referência o cenário da educação superior, afirma que o termo evasão é muito utilizado para se referir à “perda” ou “fuga” de alunos da universidade. Outros autores, como é o caso de Baggi e Lopes (2011), definem a evasão como a saída do aluno da instituição antes da conclusão de seu curso.

Neste trabalho falaremos da evasão que ocorre na educação profissional, identificando o curso, período e módulo em que mais ela incide, além dos fatores que levam o aluno a evadir.

No que diz respeito a educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu processo sócio educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) é bastante clara a esse respeito.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O que se evidencia a respeito disso é que a educação não tem sido plena, no que tange ao alcance de todos os cidadãos, assim como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade.

De acordo com Riffel e Malacarne (2010), a evasão é o ato de evadir-se, fugir, abandonar, desistir, não permanecer em algum lugar. Em se tratando de evasão escolar, entende-se a fuga ou abandono da escola em função da realização de outra atividade.

Em seu Projeto de Pesquisa “A evasão na Unipampa – diagnosticando processos, acompanhando trajetórias e itinerários de formação”, da Universidade Federal do Pampa (2011), José, Broilo, Andreoli apud INEP, apresentam as seguintes definições para evasão escolar e abandono escolar, e também as suas causas:

Evasão escolar: i) O mesmo que deserção escolar. 1. Fenômeno que expressa o número de educandos de um grau de ensino ou de uma série escolar, que abandonam definitiva ou temporariamente a escola. (cf. Centro Regional de Construcciones Escolares para America Latina, Metodologia para el Pleneamiento de las Construcciones Escolares. México, 1969); ii) Pessoa que se afastou do Sistema de Ensino, por haver abandonado o estabelecimento, do qual era aluno freqüente, sem solicitar transferência. Educandos que por razões financeiras de inadaptação, entre outras, não completaram um determinado período de formação. A Evasão escolar ocorre por motivos geralmente atribuídos às dificuldades financeiras, ao ingresso prematuro no mercado de trabalho, à troca de domicílio, à doença, à falta de interesse do aluno ou de seus responsáveis, às dificuldades de acesso à escola, aos problemas domésticos, à separação dos pais ou à reprovação do aluno. (I GLOSED); iii) Sérgio G. Duarte caracteriza a evasão como uma expulsão escolar, porque a saída do aluno da escola não é um ato voluntário, mas uma imposição sofrida pelo estudante, em razão de condições adversas e hostis do meio. (cf. DBE, 1986); iv) A grande maioria dos estudantes evadidos deixa a escola no segundo semestre por se considerar incapaz de passar de ano. (Consulte: Fontes em educação, O que é...? COMPED, 2001)

Abandono escolar: Abandono de curso ao término de um ano letivo. Desistência de atividades escolares por parte do aluno. A desistência supõe afastamento do estabelecimento de ensino, não-atendimento às exigências de aproveitamento e de assiduidade e não solicitação de transferência para outro estabelecimento. (cf. I GLOSED)

Sendo a evasão um fenômeno complexo, sua ocorrência tem causado sérias repercussões sociais e econômicas, pois além de problemas escolares para os alunos e sociedade, ocorrem por sua vez perdas financeiras para as instituições e para o governo.

Todos os recursos disponíveis para a instituição (professores, funcionários, estrutura física adequado, equipamentos) estarão disponíveis, mesmo que para atender 4,5 alunos, embora a sala de aula esteja preparada para receber 40. Quando se projeta uma sala de aula,

todo o cálculo de investimento prevê sempre a sala lotada. O que na verdade, não está ocorrendo, as escolas perdem muitos alunos já no primeiro semestre letivo, e qualquer que seja o número de evadidos, acarreta a ociosidade e prejuízo financeiro para a instituição.

Diante disto, o que se tem visto é muitas instituições matriculem alunos a mais nas turmas, já contando com um número considerável de evasão, conforme afirma Digiácomo,

A evasão escolar é um problema crônico no em todo o Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada e tolerada por escolas e sistemas de ensino, que chegam ao exercício de expedientes maquiadores, ao admitirem a matrícula de um número mais elevado de alunos por turma do que o adequado já contando com a “desistência” de muitos ao longo do período letivo. (2005, p.11).

Para Ferreira (2013) o fracasso escolar e a conseqüente evasão caracterizam o próprio fracasso das relações sociais que se expressam na realidade humana, que vivenciamos no cotidiano, na qual a distância formada pela teoria e prática desafia a inteligência do indivíduo.

O problema da evasão não está somente na falta de veiculação às políticas públicas, mas a falta de estrutura familiar, as dificuldades de aprendizagem dos alunos, aos problemas externos a unidade escolar, enfim a uma soma de todos esses fatores.

No que tange a dimensões da evasão escolar, os pesquisadores elencaram três dimensões conceituais indispensáveis a investigação da evasão escolar: 1ª) dos níveis de escolaridade em que ela ocorre; 2ª) dos tipos de evasão, como a descontinuidade, o retorno, a não conclusão definitiva, entre outras; 3ª) das razões que motivam a evasão, como, por exemplo, a escolha de outra escola, de um trabalho, o desinteresse pela continuidade de estudos, problemas pessoais, sociais ou na escola (JORDAN, LARA, MCPARTLAND, 1996).

5.1 Evasão na Educação Profissional

De acordo com os estudos de Luscher e Dore (2011) a evasão na Educação Profissional pode representar oportunidade de experimentação profissional - mobilidade, mas também pode representar instabilidade e falta de orientação quanto aos rumos profissionais que se deseja seguir. Para as autoras o estudante pode escolher um determinado curso de uma determinada área, interromper e mudar de curso, mas permanecer na mesma área ou eixo tecnológico, ou ainda permanecer no mesmo curso mudando apenas de período, daí a mobilidade.

O entendimento dessas idas e voltas pode possibilitar formas de prevenir e/ou minimizar a evasão, seja pela identificação de novas práticas pedagógicas, seja pela implementação de políticas públicas. Para Luscher e Dore (2011), a maior parte dos estudos propõe a prevenção, coma identificação precoce do problema e com o acompanhamento individual daqueles que estão em situação de risco de evasão.

De acordo com Rumberger (1995 e 2008) um dos mais importantes pesquisadores sobre as causas da evasão nos Estados Unidos, entender suas causas é a chave para encontrar soluções para o problema. Ao identificar as causas é preciso que se leve em consideração, que esta é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto a escola e a comunidade em que vive.

As pesquisas sobre evasão escolar apontam, que ainda sua ocorrência na educação profissional é uma das razões mais significativas para a baixa qualificação e habilitações profissional apresentada pelos jovens, em suas tentativas de ingresso no mercado de trabalho. (EURYDICE, 1994). Para conter o problema, não é suficiente examiná-lo sem suas consequências e buscar soluções quando já está acontecendo, mas sim, de acordo com os pesquisadores, é preciso que se tenha políticas públicas com o objetivo de identificar antecipadamente a evasão, de maneira que, o acompanhamento do estudante propenso a evasão, prevenindo a ocorrência do mesmo (EUROPEAN COUNCIL, 2004).

No Brasil, a relação entre a educação básica (ensino fundamental e médio) e a educação técnica é um dos contextos mais significativos da pesquisa sobre evasão na educação técnica. Muitos alunos não estão preparados para receber os conteúdos, e desenvolver as habilidade e competências prevista para a habilitação escolhida, por não terem tido uma educação básica suficiente, estando assim mais propensos a evasão.

São vários os motivos que contribuem para evasão escolar, tanto de ordem externa quanto interna à unidade de ensino. A evasão escolar não é um fenômeno provocado exclusivamente por motivos existentes dentro da escola, pelo contrário, a forma como a vida se organiza fora da escola tem reflexos na conduta escolar. A junção destes motivos, acabam por interferir diretamente na evasão escolar.

É importante destacar que, quando pesquisamos sobre a evasão principalmente na Educação Profissional, um fato relevante permeia boa parte das pesquisas: fato de este ser um fenômeno quase sempre vinculado aos estudantes pertencentes a grupos étnicos ainda discriminados, estudantes economicamente menos desfavorecidos.

Sobre a influência do trabalho na evasão escolar, Meksenas (1992), realizou um estudo com alunos do curso noturno e segundo este autor, os alunos obrigados a trabalhar para

sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o curso secundário.

Na verdade, o que acontece é, a necessidade de trabalhar para obter renda, normalmente a única da família, dificulta a conciliação entre estudo, trabalho e questões financeiras, principalmente para os frequentadores dos cursos noturnos, quando a exaustão provocada por um longo dia de trabalho pode ser motivo do baixo rendimento, baixa frequência levando-o à evasão escolar.

Alguns autores em suas pesquisas já puderam averiguar que são vários os fatores que interferem na permanência do aluno e a não conclusão do curso, fatores estes que vão desde problemas familiares, sociais, econômicos, políticas públicas não claras que vão enfraquecendo cada vez mais uma educação de qualidade.

Vimos que a evasão é um problema de difícil solução, o que pretendo com minha pesquisa é saber quais são os maiores fatores que levam o aluno a desistir do seu curso, uma vez que, para iniciá-lo ele se submeteu a uma seleção, quem faz a escolha do curso é ele próprio e por que existem alguns cursos com tão alta taxa de evasão.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando os documentos disponíveis na Secretaria Acadêmica (doc. Nº 20 e Doc. Nº 21) do Sistema Etec de Procedimentos Acadêmicos, prontuários dos alunos evadidos pode-se averiguar os fatores auto referidos pelos alunos, os alunos que estão para evadir, os coordenadores de curso e orientador educacional entra em contato com esses alunos e pede que se dirijam a secretaria acadêmica e formalize sua desistência, assinalando o motivo no Doc.85 do Sistema Etec que os levaram a abandonar e/ou evadir do seu curso.

Nas Tabelas serão apresentados os índices de evasão do ano de 2016, quando a instituição passou a ter como meta institucional a redução do índice de evasão dos cursos técnico noturnos. Cada uma das tabelas destacará o curso técnico a ser analisado, os módulos, o número de alunos matriculados, o número de alunos concluintes de cada módulo, a quantidade e porcentagem de evasões que ocorreram no decorrer dos módulos, no primeiro e segundo semestres do ano 2016. No final serão ressaltadas as perdas (anual), ou seja, o comparativo e variação obtidos no curso estudado.

Ressaltamos que nas tabelas foram colocados os cursos em andamento no ano de 2016, quando falamos 1M, 2M e 3M corresponde 1º, 2º e 3º módulos, ou seja, os 1º módulos conforme descritos na tabela tiveram início em fev/2016, os 2º módulos seu início foi em julho de 2015 e os terceiros módulos do que estão no 1º semestre de 2016, tiveram início em fevereiro de 2015.

O acesso aos cursos técnicos se dá pelo processo de seleção semestral, denominado “Vestibulinho”. É importante destacar que a oferta de vagas no Vestibulinho segue critérios adotados pela instituição e que estão relacionados ao controle de evasão no curso.

Para o funcionamento dos cursos técnicos de nível médio do Centro Paula Souza, as unidades devem atender aos critérios apresentados na Deliberação nº 23/2016 ⁶para implantação de cursos novos ou manutenção dos cursos, onde são apresentadas as justificativas que comprovem que a escola possua os recursos físicos e humanos e demandas dos arranjos econômicos.

Apesar de não haver uma deliberação ou informação específicas, o setor responsável pela autorização de abertura de turmas, Área de Seleção e Classificação de Alunos (Asca) recomenda que, para a abertura de novas turmas de cursos existentes, a relação candidato/vaga seja de 1,5 e que seja observado o número de concluintes dos três últimos

⁶ Fixa normas para autorização de funcionamento de cursos de educação profissional técnica de nível médio, articulada com o ensino médio nas formas integrada, concomitante ou subsequente, nas modalidades presencial e a distância, incluindo EJA e de Especialização Técnica nas Escolas Técnicas Estaduais - Etecs

semestres desse curso. Caso esses valores sejam baixos, recomenda-se a suspensão da oferta do curso por período determinado. No ano de 2017 tivemos os Cursos Técnico em Agenciamento de Viagens e Técnico em Mecânica bloqueados, no Vestibulinho do 1º semestre de 2018 esses cursos não foram oferecidos no processo de seleção.

Ressaltamos que a análise quantitativa através dos dados conquistados, destaca o grande empenho do trabalho coletivo, voltados para permanência do aluno na escola com desempenho e frequência necessários para tornar-se um profissional que o mercado de trabalho requer e necessita.

Assim, para um panorama global dos dados coletados apresentam-se todos os cursos técnicos noturnos analisados neste trabalho no ano de 2016:

Tabela 1: Curso Técnico em Administração Sede, número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016

ETEC SEDE		1º Semestre/2016				2º Semestre/2016				Ano 2016 Total			
CURSO	MÓDULO	Matric.	Concl.	Evasões	% Evasão	Matric.	Concl.	Perdas	%Evasã	Matric	Concl	Evasão	%Evasão
ADM	1M	40	32	8	20,0%	40	40	0	0,0%	80	72	8	10,0%
	2M	39	35	4	10,3%	35	33	2	5,7%	74	68	6	8,1%
	3M	38	36	2	5,3%	35	35	0	0,0%	73	71	2	2,7%
	TOTAL	117	103	14	12,0%	110	108	2	1,8%	227	211	16	7,0%

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados do NSA (2017)

Observa-se na Tabela 1 o número de alunos matriculados, número de alunos concluintes e o número de perdas do Curso Técnico em Administração no 1º e 2º semestre de 2016, totalizando um total de 117 matrículas no 1º semestre de 2016 e 110 matrículas no 2º semestre de 2016. As turmas de 1M (1º módulo) iniciam com 40 alunos, destes concluíram 32 alunos, ou seja, o 1M obteve no 1º semestre de 2016 um índice de evasão de 20%. No 2º semestre de 2016 com 110 matriculados o índice de evasão foi de 10%. Verificamos também que no 2M módulo houve uma pequena redução no índice de perdas entre 10% e 8%. No 2M sempre ocorreu o processo de vagas remanescentes⁷, na tentativa de atingir o mesmo número de matriculados do 1M, no primeiro semestre de 2016 forem incluídos 7 alunos no 2M. Na análise total do curso verifica-se no 1º semestre o índice de perdas foi maior 12% e que no 2º semestre foi 7% havendo uma redução no total de 5%.

⁷ Vagas remanescentes: Processo Especial de Seleção de Candidatos para preencher vagas que eventualmente surgem ao longo do curso, porque alguém desistiu, foi transferido ou ficou retido na série ou módulo. Poderão participar do processo candidatos que queiram entrar em 2º ou 3º Módulo e que tenham adquirido competência no sistema formal ou informal de ensino ou ainda no trabalho e que preencham os requisitos de escolaridade exigidos para o curso técnico.

Quadro 3: Fatores da evasão por módulo Técnico em Administração

Curso	Módulo	Nº Evasões	Fatores Externos	Fatores Internos
ADM	1M	8	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (5) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (1) • Está fazendo outro curso (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem justificativa (1)
	2M	6	<ul style="list-style-type: none"> • Ingresso no curso superior (2) • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (4) 	
	3M	2	<ul style="list-style-type: none"> • Ingresso no curso superior (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem justificativa (1)

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos documentos analisados (2017)

No Quadro 3 observamos os motivos que levaram os alunos a deixar o curso escolhido. Verificamos que os motivos externos prevalecem sobre os motivos internos. Nos 2M e 3M as desistências e evasões são devido à necessidade de trabalhar e não conseguir conciliar com o curso e também em alguns casos por passarem no vestibular e ingressarem ingressar na Universidade.

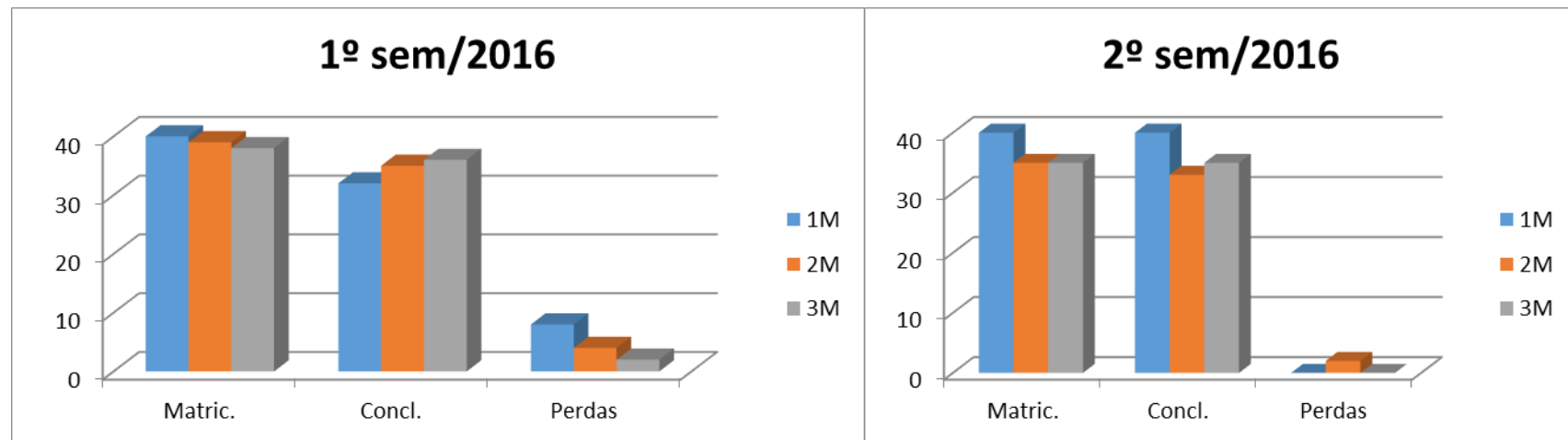
Outro dado a ser levado em conta, é os alunos que não justificam o motivo pelo qual evadiram do curso, levando-nos a concluir que este motivo seja interno, não querendo o aluno se comprometer, no caso do Curso Técnico em Administração tivemos dos 16 motivos, 2 sem justificativa.

Concatenando análise dos motivos com o perfil desta classe de 1º módulo, a partir de dados constantes do Plano Plurianual de Gestão (PPG-2016 – 2020) os alunos ingressantes são 70% do sexo feminino e 30% do sexo masculino; dentre os alunos dessa classe, a maioria se encaixa na faixa etária de 19 a 25 anos com 38%, 32% de 15 a 18 anos, 27% entre 26 a 35 anos e 3% de 36 a 45 anos; a maioria dos alunos já concluíram o ensino

médio em escola pública; 51% dos alunos trabalham e 49% estão disponíveis no mercado, o que ressalta a maior causa que leva o aluno a evadir do Curso Técnico em Administração do total das 8 perdas 5 foram por não conseguirem conciliar o estudo com o trabalho e/ou outros cursos.

Para visualizar de forma mais clara, elaboramos o gráfico em barras, destacando os matriculados, concluintes e número de perdas por módulo do Curso Técnico em Administração 1º e 2º semestre de 2016, destacando em qual módulo se dá o maior índice de evasão.

Gráfico 1: Variação de perdas comparativo 1º e 2º semestre de 2016



O Gráfico 1 destaca que no 1º semestre de 2016 o maior índice de evasão se dá no 1M 20% e no 2º semestre de 2016 acontece no 2M 8,3% apesar do processo de vagas remanescentes.

Tabela 2: Curso Técnico em Agenciamento de Viagem - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016

ETEC SEDE		1º Semestre/2016				2º Semestre/2016				Ano 2016 Total			
CURSO	MÓDULO	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric	Concl	Perdas	%Evasão
AG. VIAGEM	1M	35	24	11	31,4%	0	0	0	0,0%	35	24	11	31,4%
	2M	0	0	0	0,0%	23	22	1	4,3%	23	22	1	4,3%
	3M	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%
	TOTAL	35	24	11	31,4%	23	22	1	4,3%	58	46	12	20,7%

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados do NSA (2017)

Através dos dados da Tabela 2, observamos que no 1º semestre de 2016 tivemos 35 matriculados não atingindo as 40 matrículas iniciais, concluíram o 1M apenas 24 representando uma evasão de 31,4% já na turma ingressante. No 2º segundo semestre de 2016 tivemos um total de 23 alunos matriculados, 1 aluno abandonou o curso totalizando um percentual de 4,3% de evasão. O curso de Agenciamento de Viagem devido a sua demanda não ser tão alta é oferecido a comunidade sempre que se encerra o 3M.

Quadro 4: Fatores da evasão por módulo Técnico em Agenciamento de Viagens:

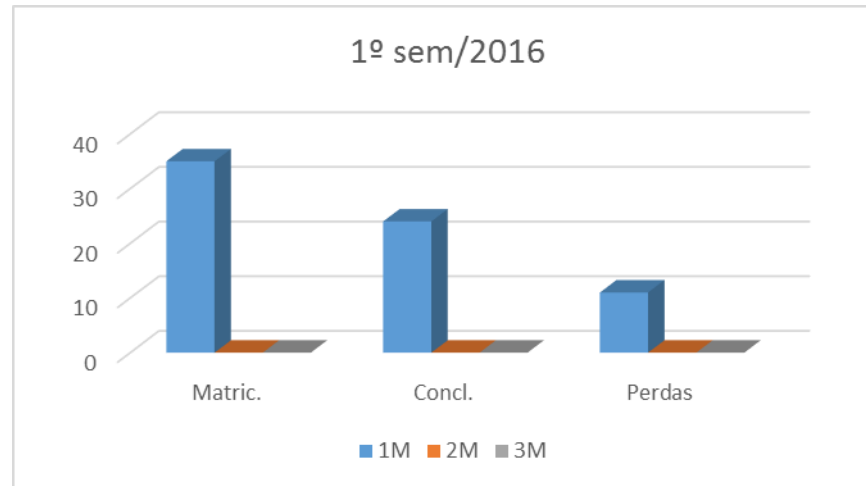
Curso	Módulo	Nº Evasões	Fatores Externos	Fatores Internos
AG. VIAGEM	1M	11	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (4) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (3) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem justificativa (3) • Desmotivação em função do descompasso entre a expectativa do aluno e a realidade do curso, desconhecimento sobre o curso, não se identifica com o curso escolhido ou não tem interesse na habilitação. (1)
	2M	1		<ul style="list-style-type: none"> • Sem justificativa (1)
	3M	-		

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos documentos analisados (2017)

No Quadro 4. Verificamos que as os fatores externos são maiores que os fatores internos. Através do mapeamento bibliográfico que realizamos, algumas dissertações também nos revelam que há um maior número de evasões por fatores externos a unidade escolar. As desistências são devido à necessidade em trabalhar e não conseguirem conciliar o trabalho com o curso, e problemas de ordem pessoal. Na análise total do curso nota-se a evasão tanto no 1º semestre de 2016 quanto no 2º semestre de 2016 ultrapassa 20%; remetendo a toda equipe de gestão um olhar diferenciado para este curso.

Após a verificação da análise do perfil do aluno dos alunos ingressantes do ano de 2016, disponível no Plano Plurianual de Gestão (2016 – 2020) referente a classe 1º Módulo do Curso Técnico Agenciamento de Viagem, é possível identificar que a maioria tem entre 15 – 18 anos e 56% dos alunos trabalhavam. É importante ressaltar que este curso é oferecido anualmente e sempre no 1º semestre letivo na tentativa de minimizar os índices de evasão.

Para visualizar de forma mais clara, elaboramos o gráfico em barras, destacando os alunos matriculados, concluintes e o número de evasões por módulo do Curso Técnico em Agenciamento de Viagem, destacando em qual módulo ocorreu o maior índice de evasão.

Gráfico 2: Variação da Evasão Comparativo 1º e 2º semestre de 2016

O Gráfico 2 destaca que no 1º semestre de 2016 o maior índice de evasão se dá no 1M 31,4% e no 2º semestre de 2016 acontece no 2M 4,3% que são os módulos em andamento no ano letivo de 2016.

Tabela 3: Curso Técnico em Contabilidade - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016

ETEC SEDE		1º Semestre/2016				2º Semestre/2016				Ano 2016 Total			
CURSO	MÓDULO	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric.	Concl.	Perdas	%Evasão	Matric	Concl	Evasão	%Evasão
CONT	1M	40	33	7	17,5%	0	0	0	0,0%	40	33	7	17,5%
	2M	36	30	6	16,7%	31	30	1	3,2%	67	60	7	10,4%
	3M	0	0	0	0,0%	30	30	0	0,0%	30	30	0	0,0%
	TOTAL	76	63	13	17,1%	61	60	1	1,6%	137	123	14	10,2%

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados do NSA (2017)

O que se observa na Tabela 3 do Curso Técnico em Contabilidade é que no 1º semestre de 2016 tivemos 76 alunos matriculados e 63 concluintes totalizando um índice de evasão de 17,1%. No 2º semestre de 2016 tivemos 61 matriculados e 60 concluintes. A perda maior aconteceu no 1M, com o índice no 1º semestre de 2016 de 17,5% seguido do 2M com 16,7%. No 2º semestre 2016 o 2M apresentou índice de perda de 10,4%, tanto no 1º quanto no 2º semestre houve o processo de vagas remanescentes com o objetivo de minimizar as perdas. No 3º módulo não houve perda. Estes dados denotam que deve haver investimento pedagógico com os alunos ingressantes, pois foi no 1M que tivemos 7 alunos que abandonaram o curso.

Quadro 5: Fatores da evasão por módulo Técnico em Contabilidade

Curso	Módulo	Nº Evasões	Fatores Externos	Fatores Internos
CONT	1M	7	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (4) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (1) • Está fazendo outro curso (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem justificativa (1)
	2M	7	<ul style="list-style-type: none"> • Ingresso no curso superior (2) • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (2) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (2) 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em acompanhar o curso/baixo desempenho no curso (1)
	3M	-		

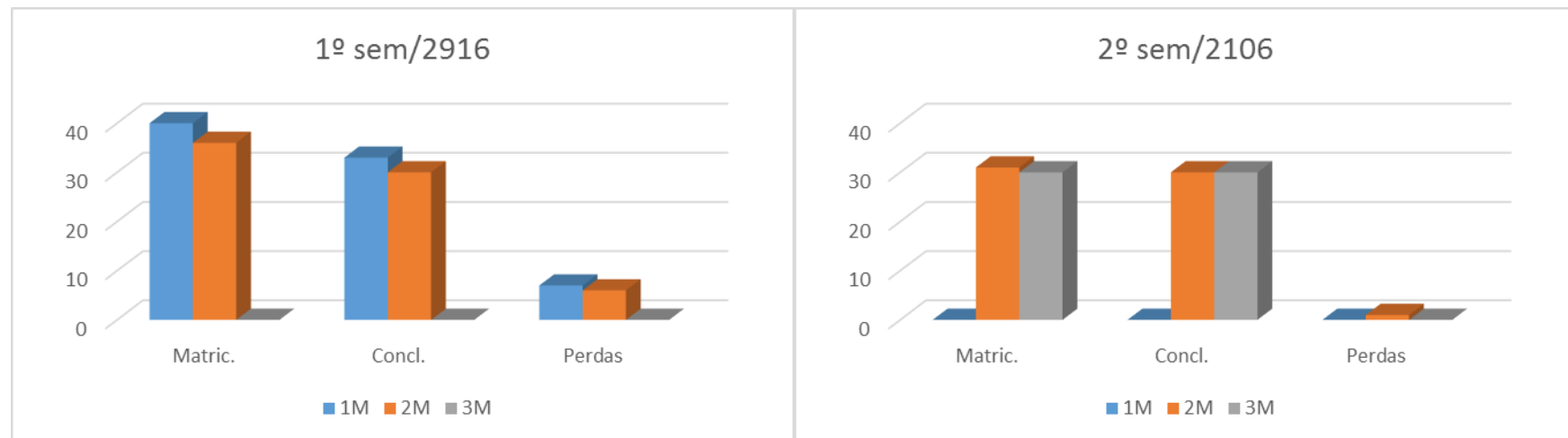
Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos documentos analisados (2017)

No do Quadro 5 verificamos que no 1M as evasões novamente são por fatores externos a unidade escolar, tendo apenas 1 fator sem justificativa que passamos a considera-lo interno, quando o aluno não justifica o porquê desistiu, acredita-se que não quer se comprometer; no 2M as desistências também são por fatores externos e devido à necessidade em trabalhar e não conseguirem conciliar trabalho com o curso, problemas de ordem pessoal; e apenas 1 aluno com dificuldade em acompanhar o curso

Analisando também o perfil dos alunos ingressantes disponível no PPG (2016 – 2020) verificamos que a maioria tem entre 19 – 25 anos, a maior parte dos alunos já concluíram o ensino médio em escola pública e que 49% dos alunos trabalham, indo de encontro com um dos maiores motivos das causas de evasão neste curso.

Para visualizar de forma mais clara, elaboramos o gráfico em barras, destacando os alunos matriculados, alunos concluintes e número de evasões por módulo evidenciando em qual módulo foi maior.

Gráfico 3: Variação das evasões comparativo 1º e 2º semestre de 2016



O Gráfico 3 demonstra que no 1º semestre de 2016 o índice de evasão foi maior no 1M com 17,1 % e no 2º semestre de 2016 o maior índice de evasão acontece no 2M com 10,4%.

Tabela 4: Curso Técnico em Enfermagem - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016

ETEC SEDE		1º semestre/2016				2º Semestre/2016				Ano 2016 Total			
CURSO	MÓDULO	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric	Concl	Evasão	%Evasão
ENF	1M	40	37	3	7,5%	40	37	3	7,5%	80	74	6	7,5%
	2M	0	0	0	0,0%	38	36	2	5,3%	38	36	2	5,3%
	3M	28	28	0	0,0%	0	0	0	0%	28	28	0	0,0%
	4M	26	22	4	15,4%	33	32	1	3,0%	59	54	5	8,5%
	TOTAL	94	87	7	7,4%	111	105	6	5,4%	205	192	13	6,3%

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados do NSA (2017)

Na Tabela 4 encontramos os dados dos alunos matriculados e concluintes do Curso Técnico em Enfermagem. No 1º semestre de 2016 tivemos 94 matrículas e 87 concluintes e um percentual 7,4% de evasão. No 2º semestre de 2016 tivemos 111 matrículas e 105 concluintes, um índice de evasão de 5,4%. O módulo que apresentou o maior índice de evasão foi o 4M (4º módulo) 15,4 % no 1º semestre de 2016 e 8,5% no 2º semestre de 2016. O curso Técnico em Enfermagem é composto de 4 módulos, onde o 2M e 4M são os módulos de prática profissional, único curso que tem em seu currículo o estágio supervisionado obrigatório. O 1M no 1º semestre de 2016 iniciou com 40 matrículas e destes 37 concluíram totalizando 3 alunos evadidos. Para o 2M com início no 2º semestre de 2016 houve o preenchimento de uma vaga, iniciando com 38 matriculados e 36 concluintes. Analisando os dados contidos na Tabela 4, é possível verificar que neste curso em as evasões são maiores no 1º semestre de 2016.

Quadro 6: Fatores da evasão por módulo Técnico em Enfermagem

Curso	Módulo	Nº Evasões	Fatores Externos	Fatores Internos
ENF	1M	6	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (3) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem justificativa (1) • Aluno retido (1) • Desmotivação em função do descompasso entre expectativa do aluno e realidade do curso, desconhecimento sobre o curso, não se identifica com o curso escolhido ou não tem interesse na habilitação (1)
	2M	2	<ul style="list-style-type: none"> • Ingresso no curso superior (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Aluno retido (1)
	3M			
	4M	5	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (2) • Vaga em escola pública mais próxima da residência (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Aluno retido (2)

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos documentos analisados (2017)

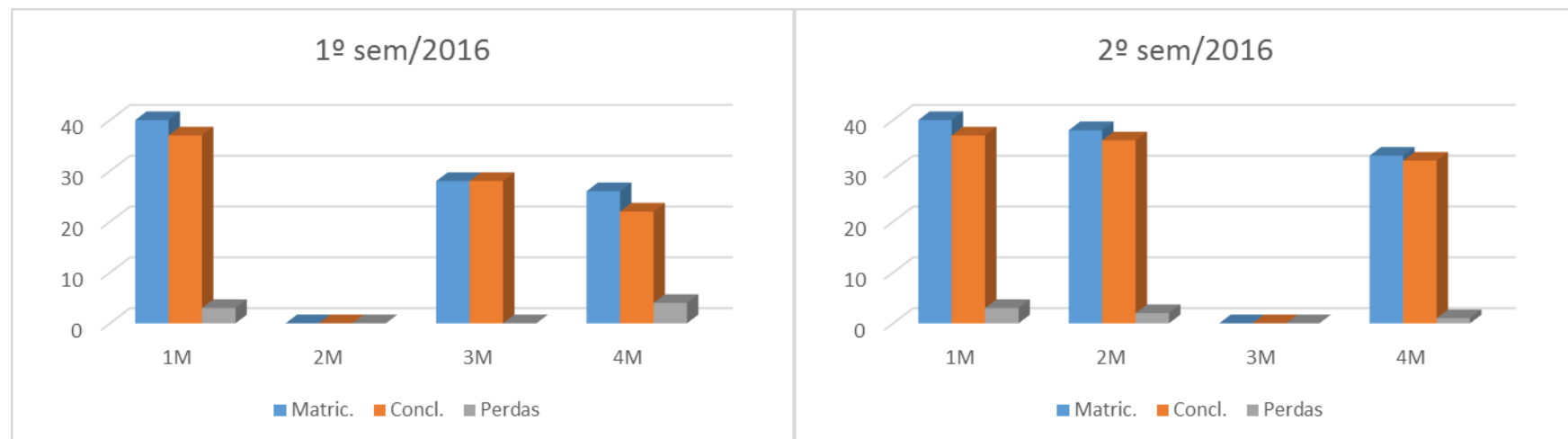
No Quadro 6 são apresentados os fatores que levaram os alunos a desistirem do curso. É importante ressaltar que estas perdas também foram referentes à 2 retenções (fator interno), e 2 devido à dificuldade de conciliar trabalho com os estudos. No 4º M, os alunos têm que cumprir a carga horária estágio obrigatório na matriz curricular nos hospitais, clínicas médicas entre outros. Neste módulo os estágios são realizados no período da manhã ou no período da tarde, e em 3 dias da semana; e além de cumprir a carga horária de estágio, os alunos tem que ir no período noturno assistir as aulas teórica, e aqueles que trabalham não conseguem conciliar seu horário de trabalho com as atividades de estágio e aulas teóricas, apesar de serem cientes desde o início do curso que terão que fazer estágios e aulas teóricas.

Analisamos também o perfil desses alunos ingressantes disponível no PPG (2016 – 2020) identificamos que a maioria tem entre 36 – 45 anos, todos os dos alunos já concluíram o ensino médio, sendo que a maioria em escola pública, 52% dos alunos trabalham e 82% dos alunos são do sexo feminino e 18% do sexo masculino.

Devido ao alto índice de evasão constatado neste curso durante 3 semestres consecutivos, neste trabalho analisamos apenas o ano de 2016, o mesmo ficou bloqueado por 1 semestre, ou seja, no segundo semestre de 2015, por isso, que no 1º semestre de 2016 a turma de 2º módulo aparece zerada os matriculados e os concluintes do módulo.

Para visualizar de forma mais clara, foi elaboramos o gráfico em barras, destacando os alunos matriculados, alunos concluintes e número de evasões por módulo evidenciando em qual módulo ocorreu a maior perda.

Gráfico 4: Variação de evasões comparativo 1º e 2º semestre de 2016



O Gráfico 4 destaca a variação das evasões no Curso Técnico em Enfermagem, mostrando que a evasão no 4M tem maior destaque entre os outros módulos.

Tabela 5: Curso Técnico em Informática - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016

ETEC SEDE		1º Semestre/2016				2º Semestre/2016				Ano 2016 Total			
CURSO	MÓDULO	Matric.	Concl.	Evasões	%Evasões	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric	Concl	Evasão	%Evasão
INF	1M	39	29	10	25,6%	0	0	0	0%	39	29	10	25,6%
	2M	0	0	0	0,0%	32	30	2	6,3%	32	30	2	6,3%
	3M	0	0	0	0,0%	0	0	0	0%	0	0	0	0,0%
	TOTAL	39	29	10	25,6%	32	30	2	6,3%	71	59	12	16,9%

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados do NSA (2017)

A Tabela 6 traz os dados do Curso Técnico em Informática. Verificamos que no 1º semestre de 2016 tivemos 39 matriculados e 29 concluintes um índice de evasão de 25,6% (10 alunos desistiram). No 2º semestre tivemos 32 matrículas devido ao processo de vagas remanescentes, para completar a turma que desde o 1º semestre de 2016 não atingiu os 40 matriculados, e desta forma minimizar o índice de evasão altíssimo do 1º semestre. Foram incluídos 3 alunos e desta forma o 2M iniciou com 32 alunos dos quais 30 concluíram obtendo um índice de evasão de 6,3%. Na análise anual verifica-se que este índice ficou em 16,9%.

Quadro 7: Fatores da evasão por módulo Técnico em Informática

Curso	Módulo	Nº Evasões	Fatores Externos	Fatores Internos
INF	1M	10	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (6) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (2) • Está fazendo outro curso (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem justificativa (1)
	2M	2	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (2) 	
	3M	-		

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos documentos analisados (2017)

No Quadro 7 temos os fatores da evasão. Os fatores externos prevalecem sobre os fatores internos. Chama a atenção no 1M as desistências (6) devido a necessidade de trabalhar, (2) por problemas de ordem pessoal. Nos 2M as evasões também são devido à necessidade em trabalhar e não conseguir conciliar o trabalho com o curso e por passarem no vestibular

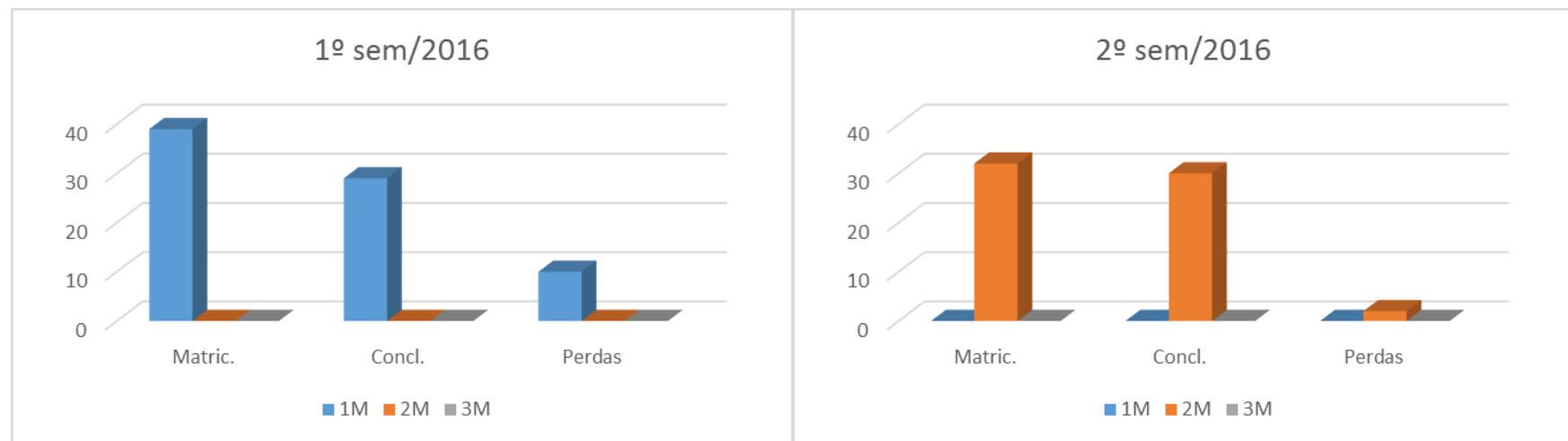
Através da análise do perfil deste módulo disponível no PPG (2016 – 2020) identificamos que a maioria se encaixa na faixa etária de 15 a 18 anos com 61%, 26% de 19 a 25 anos, 07% entre 26 a 35 anos e 6% de 36 a 45 anos; 84% dos alunos são do sexo masculino e 16% do sexo feminino; 31% dos alunos trabalham atualmente.

O curso Técnico em Informática é oferecido na Unidade anualmente, e procura-se sempre ofertar no 1º semestre do ano letivo; porque a demanda é maior, apesar do alto índice de evasão ter ocorrido no 1º módulo, nos demais os alunos permaneceram, como demonstrado na Tabela 5 do

2M para o 3M ocorreram 2 evasões por fatores externos. No mapeamento realizado sobre as pesquisas das causas da evasão, vários estudos mostram que a desistência dos alunos ocorre por motivos externos, extrapolando sobre os internos. Johann (2012) em seu trabalho de pesquisa conclui que muitos estudantes abandonam seu curso por não conseguirem conciliar o trabalho com os estudos.

Para visualizar de forma mais clara, elaboramos o gráfico em barras, destacando os alunos matriculados, concluintes e número de evasões por módulo evidenciando assim, qual o módulo com maior evasão.

Gráfico 5: Variação de evasões comparativo 1º e 2º semestre de 2016



O Gráfico 6 releva a evasão do 1M no 1º semestre de 2016 com o percentual de 25,6%, o Curso de Técnico em Informática é oferecido a cada um ano e meio, por isso, temos representado no gráfico somente os 1M e 2M.

Tabela 6: Curso Técnico em Mecânica - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016

ETEC SEDE		1º Semestre/2016				2º Semestre/2016				Ano 2016 Total			
CURSO	MÓDULO	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric	Concl	Evasão	%Evasão
MEC	1M	39	34	5	12,8%	40	36	4	10,0%	79	70	9	11,4%
	2M	32	24	8	25,0%	37	37	0	0,0%	69	61	8	11,6%
	3M	39	28	11	28,2%	26	25	1	3,8%	65	53	12	18,5%
	4M	18	16	2	11,1%	31	30	1	3,2%	49	46	3	6,1%
	TOTAL	128	102	26	20,3%	134	128	6	4,5%	262	230	32	12,2%

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados do NSA (2017)

Ao analisarmos o Curso Técnico em Mecânica através dos dados da Tabela 6 verificamos que no 1º semestre de 2016 tivemos 128 alunos matriculados, destes 102 concluintes representando cerca de 20,3% de evasão. No 2º semestre de 2016 tivemos 134 matrículas e 128 concluintes representando 4,5% de evasão. Percebe-se que o maior índice de evasão ocorreu no 3M do 1º semestre de 2016 (28,2%), e no 1M do 2º semestre de 2016 (10%), na análise anual verificamos que o 3M é o que obteve maior evasão (18,5%). No total anual o índice de evasão foi de 12,2%. Assim como o curso de Enfermagem o curso de Mecânica é oferecido em 4 semestres, todos oferecidos de maneira sequencial, o que possibilita um melhor gerenciamento das evasões, é possível comparar módulo a módulo.

Quadro 8: Fatores da evasão por módulo Técnico em Mecânica

Curso	Módulo	Nº Evasões	Fatores Externos	Fatores Internos
MEC	1M	9	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (2) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (1) • Ingresso no Curso superior (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em acompanhar o curso /baixo desempenho no curso (1) • Sem justificativa (4)
	2M	8	<ul style="list-style-type: none"> • Ingresso no curso superior (1) • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (3) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em acompanhar o curso/baixo desempenho no curso (1) • Sem justificativa (2)
	3M	12	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (4) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (2) 	<ul style="list-style-type: none"> • Desmotivação em função do descompasso entre expectativa do aluno e realidade do curso, desconhecimento sobre o curso, não se identifica com o curso escolhido ou não tem interesse pela habilitação (2) • Dificuldade em acompanhar o curso /baixo desempenho no curso (2) • Sem justificativa (2)
	4M	5	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (2) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem justificativa (1)

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos documentos analisados (2017)

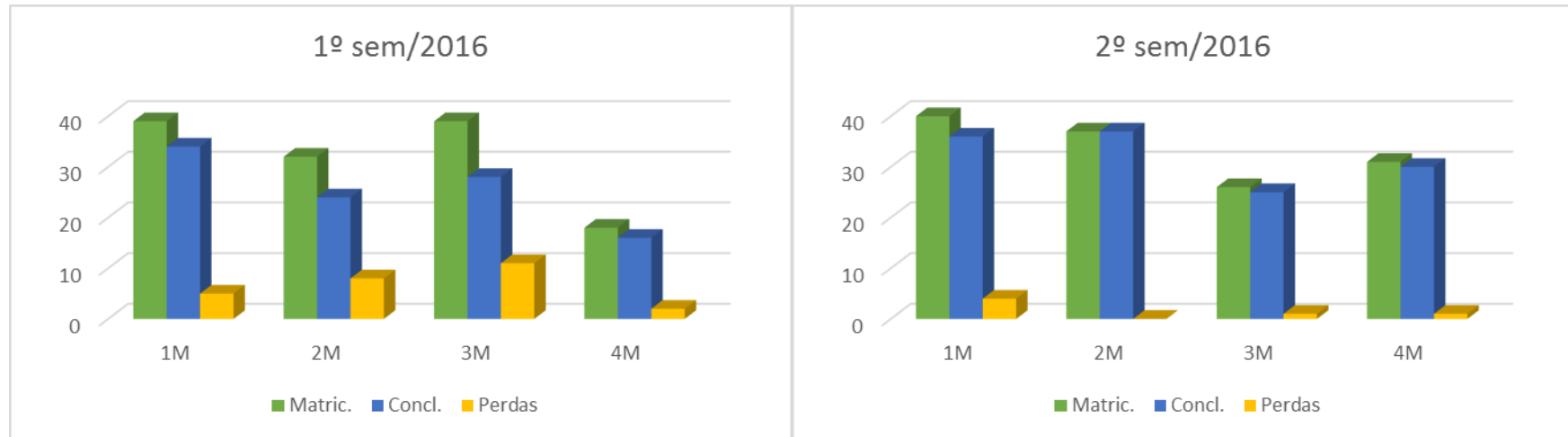
No Quadro 8 é possível verificar os fatores que levaram o aluno a deixar o curso. Averiguando os fatores constatamos que neste curso os externos os internos estão equilibrados. Mas em especial no 3M há 6 fatores internos como a desmotivação em função do descompasso entre expectativa do aluno e realidade do curso, dificuldade em acompanhar o curso – baixo desempenho 2 casos em que os alunos não apresentaram justificativa. Esses dados nos levam a refletir que apesar das orientações dados aos docentes será necessário que haja um investimento diferenciado no preparo das aulas em especial neste curso, e um direcionamento ao acompanhamento das dificuldades apresentadas pelos alunos.

Nos 1M, 2M e 4 M as evasões são em sua maioria são devido a fatores externos a unidade escolar e, devido à necessidade em trabalhar e não conseguir conciliar o trabalho com o curso, e alguns alunos que não justificam nos levando a acreditar que são causas internas.

Através da análise do perfil dos alunos do Curso Técnico em Mecânica disponível no PPG (2016 - 2020), verificamos que a maioria se encaixa na faixa etária de 15 a 18 anos (41%), (32%) tem entre 19 e 25 anos, (24%) tem entre 26 e 35 anos e (3%) entre 36 a 45 anos. 100% dos alunos são do sexo masculino e ainda 59% dos alunos trabalham e 41% estão disponíveis no mercado.

Para visualizar de forma mais clara, elaboramos o gráfico em barras, destacando os alunos matriculados, concluintes e número de evasões por módulo evidenciando em qual módulo foi maior.

Gráfico 6: Variação de evasões comparativo 1º e 2º semestre de 2016



Evidenciamos no Gráfico 6 que a evasão no 1º semestre de 2016 entre os quatro módulos é maior no 3M (28,5%) de acordo com os dados da Tabela 6 e no 2º semestre de 2016 a evasão acontece no 1º módulo (10%) conforme dados da Tabela 6. É possível também fazer o comparativo módulo a módulo através desta representação gráfica, ficando evidente em qual módulo a evasão é maior.

Tabela 7: Curso Técnico em Mecatrônica - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016

ETEC SEDE		1º Semestre/2016				2º Semestre/2016				Ano 2016 Total			
CURSO	MÓDULO	Matri	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric	Concl	Evasão	%Evasão
MECA	1M	40	29	11	27,5%	0	0	0	0%	40	29	11	27,5%
	2M	0	0	0	0,0%	31	29	2	6,5%	31	29	2	6,5%
	3M	39	35	4	10,3%	0	0	0	0%	39	35	4	10,3%
	4M	0	0	0	0,0%	36	35	1	2,8%	36	35	1	2,8%
	TOTAL	79	64	15	19,0%	67	64	3	4,5%	146	128	18	12,3%

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados do NSA (2017)

Na Tabela 7, temos os dados do Curso Técnico em Mecatrônica. No 1º semestre de 2016 tivemos 74 matrículas com 64 concluintes representando 19% de evasão, no 2º semestre de 2016 tivemos 67 matrículas, 64 concluintes totalizando 4,5% de evasão. Neste curso houve o processo de vagas remanescentes para minimizar as evasões. Ao analisarmos os dados de matriculados e concluintes por módulo, identificamos que o maior índice de perdas ocorreu no 1M do 1º semestre de 2016 (27,5%). O curso Técnico em Mecatrônica também não é oferecido todo o semestre, desta forma temos no 1º semestre de 2016 em andamento 1M e 3M, no 2º semestre um 2M e 4M.

Quadro 9: Fatores da evasão por módulo Técnico em Mecatrônica

Curso	Módulo	Nº Evasões	Fatores Externos	Fatores Internos
MECA	1M	11	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos (Ensino Médio, pré-vestibular, etc) (2) 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em acompanhar o curso/baixo rendimento no curso (3) • Sem justificativa (3) • Desmotivação em função do descompasso entre expectativa do aluno e realidade do curso, desconhecimento sobre o curso, não se identifica com o curso escolhido ou não tem interesse pela habilitação (3)
	2M	2	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (2) 	
	3M	4	<ul style="list-style-type: none"> • Ingresso no curso superior (2) • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (1) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (2) 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em acompanhar o curso/baixo desempenho no curso (1)
	4m	1	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (1) 	

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos documentos analisados (2017)

Verificando os fatores elencados no Quadro 9, constatamos que os fatores internos prevaleceram sobre os fatores externos. No 1M há 9 fatores internos, dentre eles temos: desmotivação em função do descompasso entre a expectativa do aluno e realidade do curso, dificuldade em acompanhar o curso – baixo desempenho, e alunos que não apresentaram justificativa.

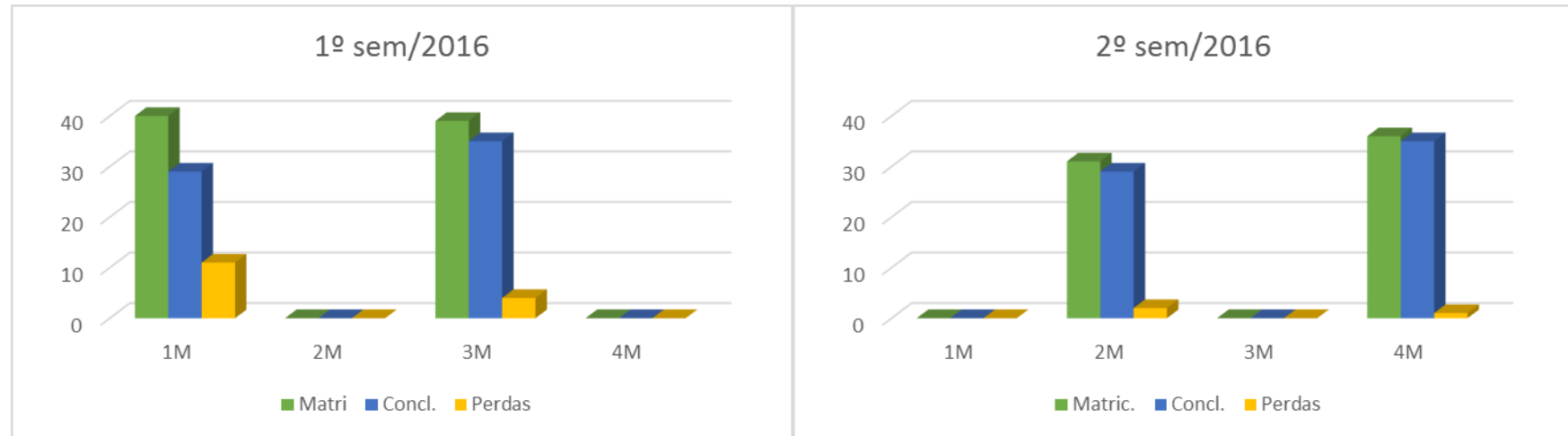
Nos 2M, 3M e 4 M as desistências são em sua maioria por fatores externos a unidade escolar e devido à problemas de ordem pessoal, doença, desemprego, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte e necessidade em trabalhar e não conseguir conciliar com o curso, e alguns alunos que não justificam. Os fatores elencados pelos alunos concatenam a vários estudos já realizados sobre a evasão escolar.

FERREIRA (2013, p.02) em seu trabalho de pesquisa aponta que são várias as causas da evasão escolar levando-se em consideração os fatores que determinam a ocorrência desse fenômeno, é possível classifica-la da seguinte maneira: *Escola*: não atrativa, autoritária, professores despreparados, ausência de motivação, entre outros; *Aluno*: desinteressado, com problemas de saúde, gravidez etc; *Pais/responsáveis*: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos etc; *Social*: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos etc.

Através da análise do perfil dos alunos do Curso Técnico em Mecatrônica, verificamos que a maioria se encaixa na faixa etária de 15 a 18 anos (41%), (25%) tem entre 26 e 35, (22%) tem entre 19 e 25 anos e (12%) entre 36 a 45 anos. Dos alunos que concluíram o ensino médio A maioria foi em escola pública, 91% dos alunos são do sexo masculino e 9% do sexo feminino. 37% dos alunos trabalham e 63% estão disponíveis no mercado.

Para melhor visualização, elaboramos o gráfico em barras, destacando os alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo evidenciando em qual módulo ocorreu a maior perda.

Gráfico 7: Variação de evasões comparativo 1º e 2º semestre de 2016



Verificamos no Gráfico 7 que no 1º semestre de 2016 tínhamos o 1M e 3M em andamento e a evasão maior aconteceu no 1M (27,5%), no 2º semestre de 2016 a evasão de seu no 2M (6,5%) conforme dados da Tabela 7.

Tabela 8: Curso Técnico em Nutrição e Dietética - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016

ETEC SEDE		1º Semestre/2016				2º Semestre/2016				Ano 2016 Total			
CURSO	MÓDULO	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric	Concl	Evasão	%Evasão
NUTRI	1M	40	32	8	20,0%	40	40	0	0,0%	80	72	8	10,0%
	2M	36	32	4	11,1%	34	28	6	17,6%	70	60	10	14,3%
	3M	24	24	0	0,0%	34	32	2	5,9%	58	56	2	3,4%
	TOTAL	100	88	12	12,0%	108	100	8	7,4%	208	188	20	9,6%

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados do NSA (2017)

Ao analisarmos o Curso Técnico em Nutrição e Dietética com dos dados da Tabela 8, verificamos que no 1º semestre de 2016 tivemos 100 matrículas e 88 concluintes totalizando uma evasão de 12%. No 2º semestre de 2016 tivemos 108 matrículas e 100 concluintes e uma evasão de 7,4%. O maior índice de evasão ocorreu no 1M no 1º semestre de 2016 (20%). Para o 2M houve o processo de vagas remanescente para completar as vagas e minimizar a evasão do 1M. É possível na análise comparativa ver que no 2º semestre de 2016 não houve nenhuma evasão no 1M, a maior evasão aconteceu no 2M (17,6%), e novamente foi realizado o processo de vagas remanescentes. No ano de 2016 o curso atingiu um índice de 9,6%.

Quadro 10: Fatores da evasão por módulo Técnico em Nutrição e Dietética

Curso	Módulo	Nº Evasões	Fatores Externos	Fatores Internos
NUTR	1M	8	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (2) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (2) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem justificativa (2) • Desmotivação em função do descompasso entre expectativa do aluno e realidade do curso, desconhecimento sobre o curso, não se identifica com o curso escolhido ou não tem interesse pela habilitação (2)
	2M	10	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (2) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (2) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem justificativa (4) • Desmotivação em função do descompasso entre expectativa do aluno e realidade do curso, desconhecimento sobre o curso, não se identifica com o curso escolhido ou não tem interesse pela habilitação (2)
	3M	2	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (2) 	

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos documentos analisados (2017)

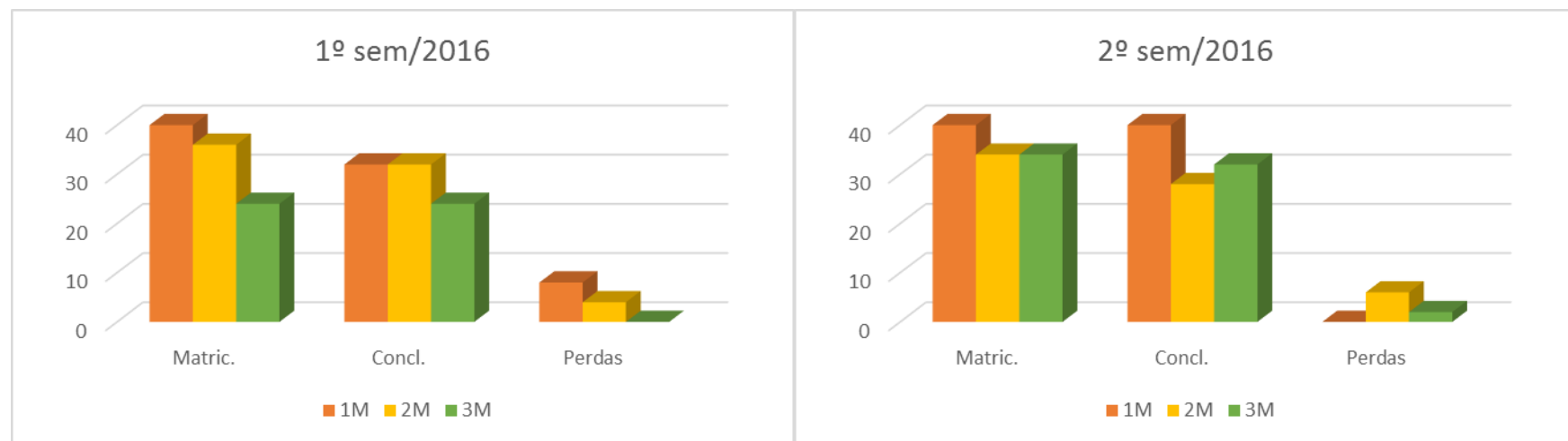
Na análise dos fatores Quadro 10, observamos que no 2M os fatores internos (6) prevaleceram sobre os fatores externos (4). Os fatores internos foram a desmotivação em função do descompasso entre a expectativa do aluno e realidade do curso, e alunos que não apresentaram justificativa, o que nos leva a colocar como fator interno. No 1M os fatores estão equilibrados seja interno quanto externo; já no 3M as evasões ocorrem por fatores

externos a unidade escolar e são devido à problemas de ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte.

Verificando o perfil dos alunos verificamos que dentre os alunos deste curso, a maioria se encaixa na faixa etária de 15 a 18 anos (67%), 12% tem entre 19 e 25 anos, 12% tem entre 26 e 35 anos e 9% tem entre 36 a 45 anos; 91% dos alunos são do sexo feminino e 9% do sexo masculino, 46% estão cursando o ensino médio, 43% dos alunos trabalham e 57% estão disponíveis no mercado.

Para melhor visualização, foi elaborado o gráfico em barras, destacando os matriculados, concluintes e número de perdas por módulo evidenciando em qual módulo ocorreu a maior perda.

Gráfico 8: Variação de evasões comparativo 1º e 2º semestre de 2016



O Gráfico 8 nos revela que no 1º semestre de 2016 a evasão é maior no 1M quando comparamos as matrículas com os concluintes e no 2º semestre de 2016 a evasão ocorre no 2M evidenciando os dados da Tabela 8.

Tabela 9: Curso Técnico em Secretariado - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016

ETEC SEDE		1º Semestre/2016				2º Semestre/2016				Ano 2016 Total			
CURSO	MÓDULO	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão
SEC	1M	40	37	3	7,5%	0	0	0	0%	40	37	3	7,5%
	2M	38	32	6	15,8%	38	37	1	2,6%	76	69	7	9,2%
	3M	0	0	0	0%	32	32	0	0,0%	32	32	0	0,0%
	TOTAL	78	69	9	11,5%	70	69	1	1,4%	148	138	10	6,8%

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados do NSA (2017)

Na Tabela 9 apresentamos os dados de matriculados, concluintes e evasões do curso Técnico em Secretariado. No 1º semestre de 2016 tivemos 78 matrículas, 69 concluintes totalizando uma evasão de 11,5%. No 2º semestre de 2016 tivemos 70 matrículas, 69 concluintes e um índice de evasão de 1,4%. Neste curso no 2M módulo do 2º semestre houve o processo de vagas remanescentes para minimizar o índice de evasão e completar as vagas existentes. O módulo que apresentou o maior índice de evasão foi no 2M no 1º semestre de 2016 (15,8%), e o total anual da evasão do curso foi de 6,8%.

Quadro 11: Fatores da evasão por módulo Técnico em Secretariado

Curso	Módulo	Nº Evasões	Fatores Externos	Fatores Internos
SEC	1M	3	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (2) • Sem justificativa (1) 	
	2M	7	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (3) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (2) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem justificativa (2)
	3M	-		

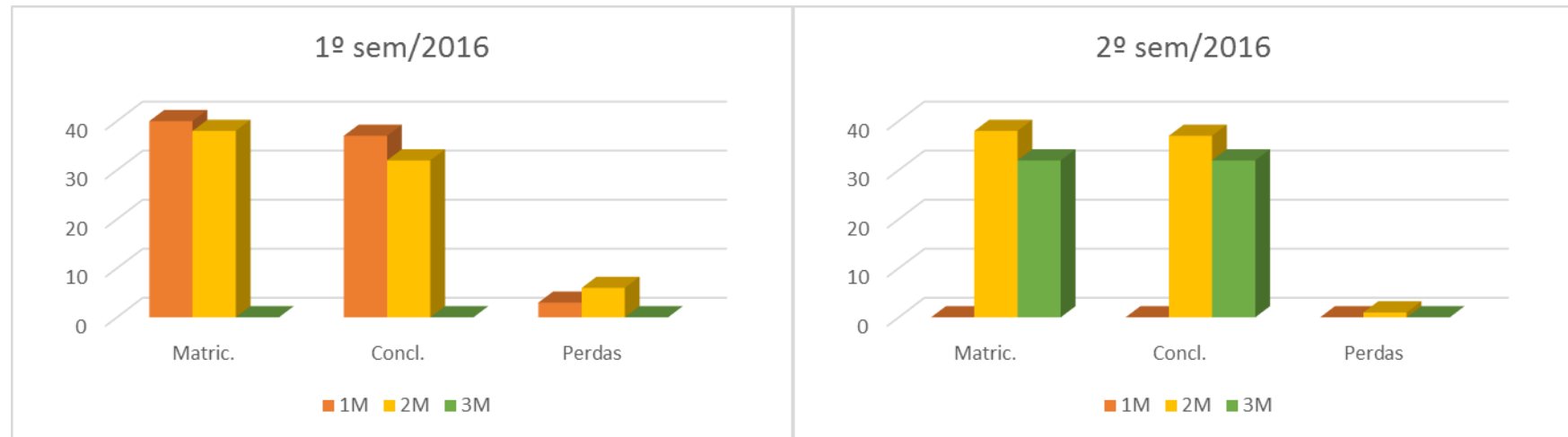
Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos documentos analisados (2017)

No Quadro 11 são elencados os fatores da evasão. Os fatores externos prevalecem sobre os fatores internos, corroborando com alguns dos estudos mapeados neste trabalho sobre o problema da evasão escolar. No comparativo do 1M e 3M as evasões são devido à necessidade de trabalhar e não conseguir conciliar o trabalho com o curso e por problemas de ordem pessoal.

Através da análise do perfil do dentre os alunos desse curso que se encontra disponível no PPG (2016 – 2020) , a maioria se encaixa na faixa etária de 15 a 18 anos com 60%, 32% de 19 a 25 anos, 5% entre 26 a 35 anos e 3% de 36 a 45 anos; 97% dos alunos são do sexo feminino e 3% do sexo masculino 21% dos alunos trabalham e 79% estão disponíveis no mercado. Os alunos procuram o curso Técnico para poderem trabalhar 79% está disponível, mas depois que conseguem ingressar no mercado de trabalho acabam por abandonar o curso.

Para melhor visualização, elaboramos o gráfico em barras, destacando os matriculados, concluintes e evasões por módulo evidenciando em qual módulo ela foi maior.

Gráfico 9: Variação de perdas comparativo 1º e 2º semestre de 2016



O Gráfico 9 revela que no 1º semestre de 2016 e no 2º semestre de 2016, a evasão é maior no 2M (9,2%; 15,8%) conforme dados da Tabela 9; necessitando de maior atenção e investimento de ações para este módulo em especial.

Tabela 10: Curso Técnico em Logística CCD - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016

CLASSES DESC		1º Semestre/2016				2º Semestre/2016				Ano 2016 Total			
CURSO	MÓDULO	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric	Concl	Evasão	%Evasão
LOG (EEBA)	1M	40	36	4	10,0%	40	36	4	10,0%	80	72	8	10,0%
	2M	36	35	1	2,8%	40	35	5	12,5%	76	70	6	7,9%
	3M	36	32	4	11,1%	35	34	1	2,9%	71	66	5	7,0%
	TOTAL	112	103	9	8,0%	115	105	10	8,7%	227	208	19	8,4%

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados do NSA (2017)

Na Tabela 10 são apresentados os dados de matriculados e concluintes do Curso Técnico em Logística, no 1º semestre de 2016 tivemos 112 matriculados e 103 concluintes totalizando 8,0% de evasão. No 2º semestre de 2016 tivemos 115 matrículas e 105 concluintes, totalizando um percentual de 8,7% de evasão. O módulo que apresenta o maior índice de evasão registrado é no 3M (15,8%) do 1º semestre de 2016, e o total anual um índice de 8,4%. No comparativo entre os módulos é possível averiguar que apenas no 3M é que se tem uma pequena redução no índice de evasão.

Quadro 12: Fatores da evasão por módulo Técnico em Logística CCD

Curso	Módulo	Nº Evasões	Fatores Externos	Fatores Internos
LOG	1M	8	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (4) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (1) • Ingresso no curso superior (1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência no preparo dos professores ou falta de aulas práticas. (2)
	2M	6	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (4) 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade no relacionamento interpessoal com alunos e/ou professores. (2)
	3M	5	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (3) • 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem justificativa (2)

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos documentos analisados (2017)

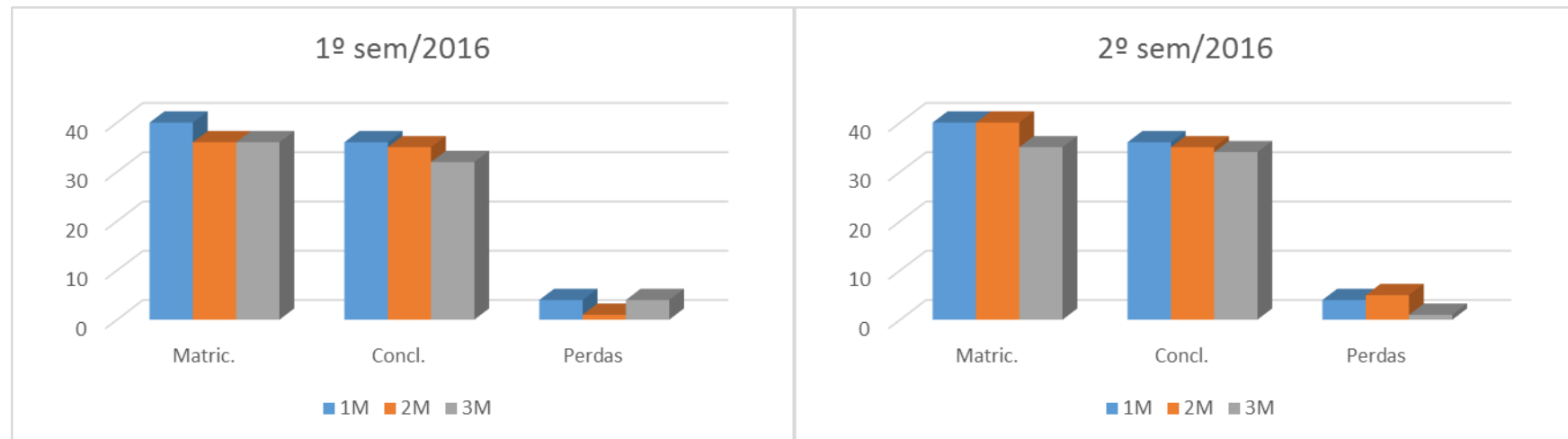
No Quadro 12 são elencados os fatores assinalados pelos alunos. Os fatores externos neste curso também prevalecem sobre os internos. No 1M e 2M as perdas também são por motivos externos a unidade escolar e são devido à necessidade dos alunos em trabalhar e não conseguir conciliar o trabalho com o curso e por problemas de ordem pessoal.

Analisando os dados do perfil dos alunos de Curso de Logística, disponível no PPG (2016-2020), verifica-se que entre os alunos, a maioria se encaixa na faixa etária de 26 a 35 anos (38%), 31% tem entre 19 e 25 anos, 25% tem entre 15 e 18 anos e 6% tem entre 36 a 45 anos. 70% dos alunos são do sexo masculino e 30% do sexo feminino. 70% dos alunos trabalham e 30% estão disponíveis no mercado. Verifica-se, portanto, que analisando

também o perfil deste curso com os motivos da não permanência, o fato de muitos trabalharem, influencia muito para a não conclusão do curso, o que deveria ser o inverso, estão em busca de qualificação.

Para uma visualização de forma mais clara, foi elaborado o gráfico em barras, destacando os alunos matriculados, concluintes e número de evasões por módulo evidenciando em qual módulo ela é maior.

Gráfico 10: Variação de evasões comparativo 1º e 2º semestre de 2016



O gráfico 10 apresenta os comparativos das evasões no ano de 2016, e verificamos que no 1º semestre de 2016 a evasão é maior no 3M (11,1%) e no 2º semestre de 2016 é maior no 2M, indicando a equipe pedagógica um olhar diferenciado para este módulo em especial.

Tabela 11: Curso Técnico em Recursos Humanos - número de alunos matriculados, concluintes e evasões por módulo - 2016

CLASSES DESC		1º Semestre/2016				2º Semestre/2016				Ano 2016 Total			
CURSO	MÓDULO	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric.	Concl.	Evasão	%Evasão	Matric	Concl	Evasão	%Evasão
RH (EEBA)	1M	40	32	8	20,0%	40	37	3	7,5%	80	69	11	13,8%
	2M	39	34	5	12,8%	36	32	4	11,1%	75	66	9	12,0%
	3M	32	28	4	12,5%	32	30	2	6,3%	64	58	6	9,4%
	TOTAL	111	94	17	15,3%	108	99	9	8,3%	219	193	26	11,9%

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados do NSA (2017)

Na Tabela 11 são apresentados os dados de matriculados e concluintes do Curso Técnico em Recursos Humanos. No 1º semestre de 2016 tivemos 111 matrículas, 94 concluintes e 15,3% o índice de evasão. No 2º semestre de 2016 tivemos 108 matrículas, 99 concluintes totalizando 8,3% o índice de evasão. O módulo que apresenta o maior índice de evasão registrado é no 1M (20%) do 1º semestre de 2016, e no total anual um índice de 11,9 %. Neste curso também é realizado o processo de vagas remanescentes, e na análise comparativa é possível verificarmos que em todos os módulos há uma pequena queda nos índices de evasão.

Quadro 13: Fatores da evasão por módulo Técnico em Recursos Humanos CCD

Curso	Módulo	Nº Evasões	Fatores Externos	Fatores Internos
RH	1M	11	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (3) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (5) • Ingresso no curso superior (3) 	
	2M	9	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (2) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (5) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem justificativa (2)
	3M	6	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos - Ens. Médio, pré-vestibular, etc (3) • Problemas de Ordem pessoal: doença, desemprego, gravidez, falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte (3) 	

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos documentos analisados (2017)

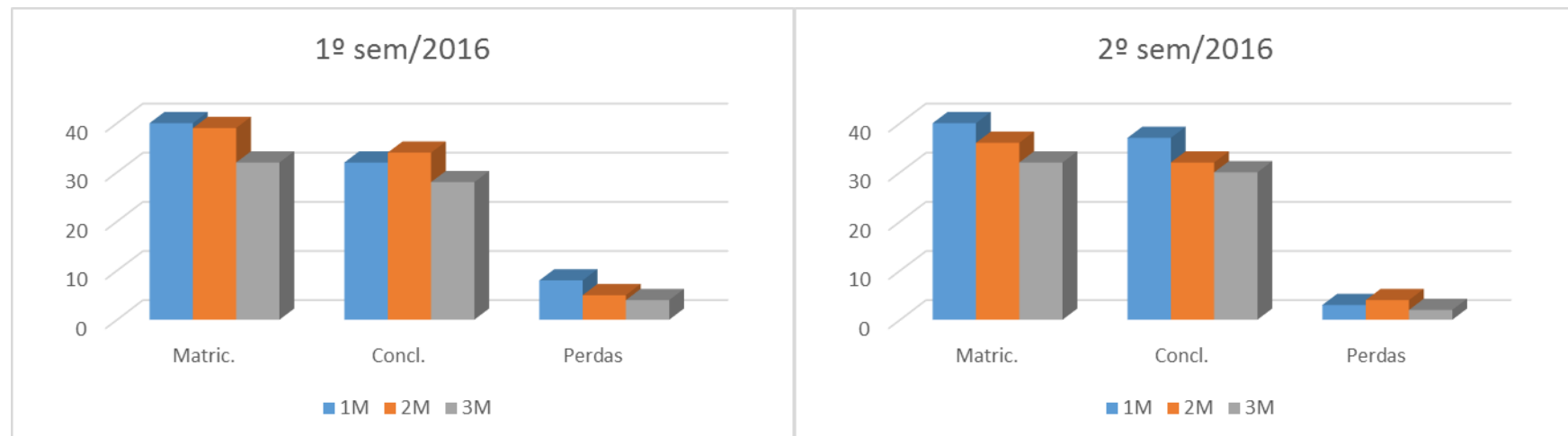
No Quadro 13 são apresentados os fatores assinalados pelos alunos. No 1M os fatores externos são predominantes. No 2M e 3M as evasões também são por fatores externos a unidade escolar, apenas 2 alunos sem justificativa no 2M das 9 evasões ocorridas. É interessante que em todos os

módulos os fatores são à necessidade de trabalhar e não conseguir conciliar o trabalho com o curso e por problemas de ordem pessoal; e apenas 2 não justificaram. Os fatores aqui apresentados, mais uma vez retomam aos estudos já realizados que evidenciam que alunos de nível socioeconômico mais baixo, precisam trabalhar para ajudar suas famílias, estudam no período noturno e cansados da maratona diária desistem de seus cursos.

Na análise do perfil desses alunos, disponível no PPG 2016 – 2020 constatamos que dentre os alunos dessa turma, a maioria se encaixa na faixa etária de 26 a 35 anos (37%), 33% tem entre 19 e 25 anos, 26% tem entre 15 e 18 anos e 4% entre 36 e 45 anos. 89% dos alunos são do sexo feminino e 11% do sexo masculino e que 67% dos alunos trabalham.

Para uma visualização de forma mais clara, elaboramos o gráfico em barras, destacando os matriculados, concluintes e número de evasões por módulo evidenciando em qual módulo ocorreu a maior evasão.

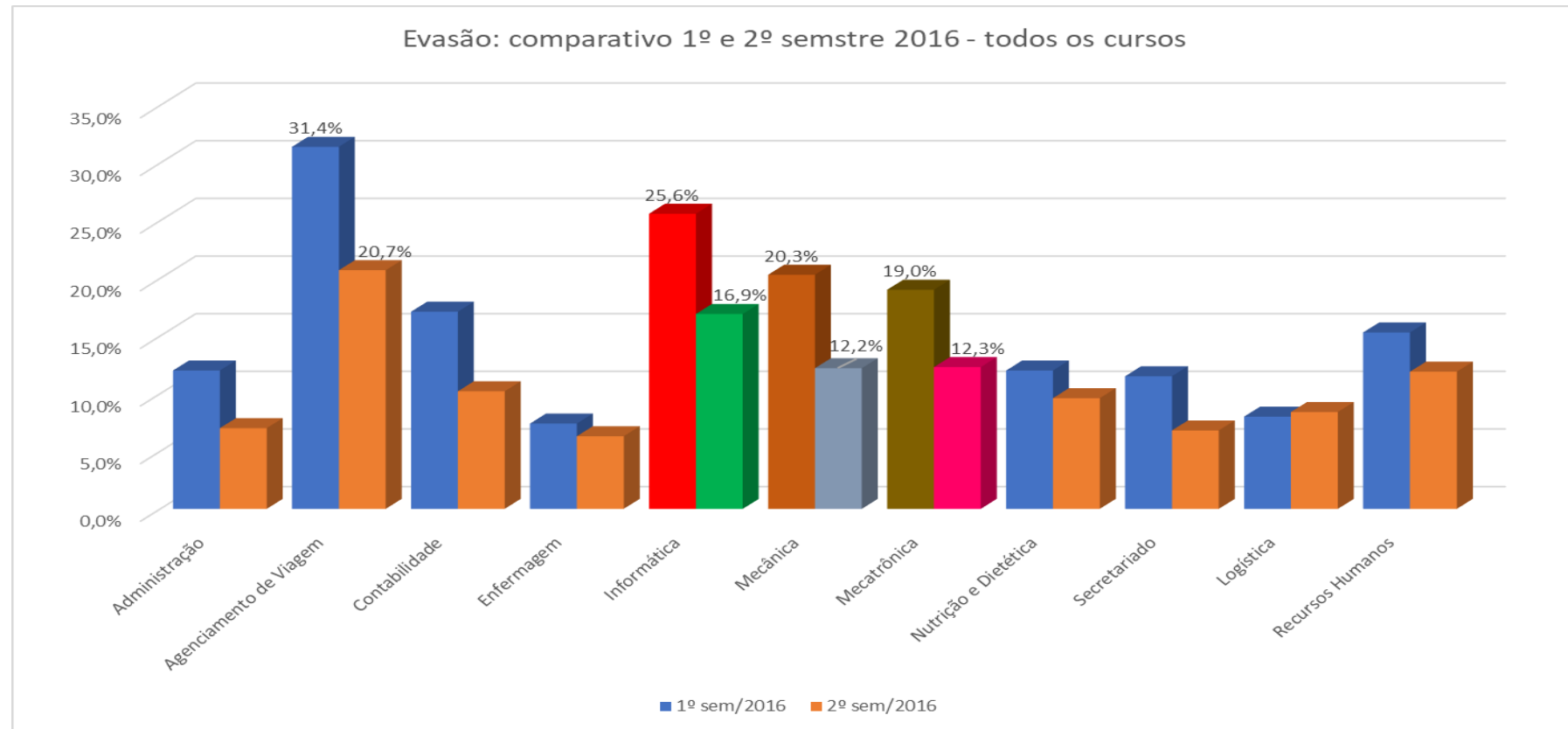
Gráfico 11: Variação de perdas comparativo 1º e 2º semestre de 2016



O Gráfico 11 demonstra o comparativo de todos os módulos é possível verificarmos que no 2º semestre de 2016, houve um sensível declínio dos índices de evasão de todos os módulos oferecidos.

Para melhor visualizarmos, o comparativo de evasão de todos os cursos oferecidos na unidade escolar, objetivo de pesquisa deste trabalho, apresentaremos o Gráfico 12 evidenciando assim quais os cursos que tiveram maior índice de evasão no ano de 2016.

Gráfico 12: Comparativo Evasão de todos os cursos 1º e 2º semestre de 2016



O Gráfico 12 mostra a evasão de todos os cursos da unidade escolar em estudo. Verifica-se que os cursos que tiveram maior índice de evasão no 1º semestre de 2016 e 2º semestre de 2016 foram: Agenciamento de Viagem, Informática, Mecânica e Mecatrônica.

Ao analisarmos os fatores que levam os alunos a evadirem do seu curso, estes foram classificados como interno e externos a unidade escolar. Para cada curso e módulo elaboramos uma tabela com os principais fatores, e através do Gráfico 13 visualizamos a quantidade desses fatores levando-se em consideração todos os 11 cursos analisados no período noturno da unidade escolar foco desta pesquisa.

Gráfico 13: Fatores da evasão



Concluimos após apresentarmos todos os dados dos cursos noturnos da Etec que os fatores da evasão são em grande parte dos cursos, fatores externos a instituição de ensino, parâmetro este encontrado no mapeamento bibliográfico realizado para este trabalho.

Outro fator a ser considerado é que estudando os cursos do período noturno e este ser o mais procurado pelos alunos, o que possivelmente se deve à necessidade de trabalhar, e que deveria ser um elemento facilitador para o aluno que deseja concluir o curso revela-se um aspecto perturbador da trajetória: devido a uma jornada pesada, não conseguem conciliar emprego e escola.

É preciso um olhar diferenciado para cada curso, pois a maioria é oferecido todo o semestre e sua análise sequencial permite que se compare os mesmos módulos ofertados tanto no primeiro quanto no segundo semestre de 2016.

O curso técnico tem como um de seus objetivos inserir seus alunos no setor produtivo, contribuindo para a minimização das drásticas diferenças socioeconômicas em nossa sociedade.

Nas últimas décadas, com a criação de políticas públicas o Brasil, através de seus governantes tem se tentado garantir o acesso, permanência e sucesso de todas as crianças e jovens na escola. Vimos neste trabalho de pesquisa que os indicadores de evasão, ainda são altos em alguns cursos técnicos.

No que tange aos fatores, é necessário a percepção e compreensão dos fatores que levam os alunos a abandonar o curso por ele escolhido, visando a melhoria na qualidade de ensino, bem como a garantia do acesso e permanência com sucesso deste aluno na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da evasão tem angustiado todos os envolvidos no processo educacional. É uma das fraquezas do sistema educacional brasileiro e uma questão longe de ser resolvida, pois afeta diversos níveis de ensino, seja em instituições públicas e privadas. Tem sido alvo de políticas educacionais que não se sustentam por muito tempo, e isso se faz sentir na falta de identidade do ensino, que necessita ser posto em discussão para que se busquem meios para o enfrentamento.

Fatores sociais, políticos, culturais e econômicos, bem como os escolares, nos quais educadores tem colaborado a cada dia para o problema se agravar, diante a utilização de um método didático superado ou de uma prática cristalizada como por inexperiência, acabam por desenvolver o conteúdo de forma descontextualizada e sem sentido para os alunos.

A evasão discente é um problema que atinge todos os sistemas educacionais. Na educação profissional como vimos nas pesquisas realizadas por diversos autores, ela pode estar relacionada a fatores internos e externos à escola e à instituição. Como já dissemos anteriormente, o CPS tem como meta institucional a redução de 50% deste índice.

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo principal identificar os fatores que levam o aluno a abandonar o curso por ele próprio escolhido.

Verificamos ao analisarmos os dados das Tabelas de todos os cursos noturnos da Etec, que todas as turmas ingressantes têm como parâmetro 40 alunos matriculados, alguns cursos não apresentam para uma melhor análise, módulos sequenciais, ou seja, tanto como 1º semestre de 2016 quanto no 2º semestre de 2016 a mesma quantidade de turmas. Como exemplo, o curso Técnico em Contabilidade, que de acordo com a Tabela 3 da página.75.tem no 1º semestre de 2016 o 1º e 2º módulo em funcionamento, e no 2º semestre de 2016 tem 2º e 3º módulo, desta forma não possível calcular a evasão acumulada de cada módulo.

Os cursos de módulos sequenciais que tanto no 1º semestre de 2016 quanto no 2º apresentam dados que podem ser facilmente identificados evidenciando em qual módulo se dá a maior evasão.

Os fatores externos como vimos, na maioria dos cursos impera sobre os fatores internos. Destacamos que dentre todos os cursos analisados, 139 (69,5%) são fatores externos e 61 (30,5%) são fatores internos. Outros estudos como vimos no mapeamento de pesquisas sobre a evasão escolar, mostram o mesmo resultado quando em seus trabalhos de pesquisas, os autores tinham como objetivo averiguar quais seriam as causas e/ou fatores da evasão.

O curso onde a evasão mostrou-se agressiva o foi no curso de Agenciamento de viagens (31,4%) no 1º semestre e (20,7%) no segundo semestre do ano de 2016; seguido do curso Técnico em Informática (25,6%) e (16,9%). Estes dados são de extrema importância, porque uma das consequências dessa taxa de concluintes baixa por três semestres consecutivos é a suspensão do curso, por pelo menos 1 semestre.

Quanto aos fatores identificados, a instituição deverá investir nos fatores internos, levando-se em conta as especificidades e particularidades de cada curso, ou seja, são oferecidos sequencialmente, possuem demanda, entre outros.

Sabemos que quando os fatores são externos é muito difícil fazer qualquer intervenção, o problema não está em nossas mãos, mas é necessário que privilegie aqueles que terminam seus estudos, que tem os mesmos fatores externos como desafios a serem superados para a conclusão de seu curso. Dentre os fatores externos apresentados, os que tiveram maior incidência foram: necessidade de trabalhar e não conseguir conciliar o curso com o trabalho e dificuldades financeiras.

Outro dado que chamou a atenção foi o número de alunos que não justificaram chama a atenção em alguns cursos e que merece um olhar diferenciado. Estudos precisam ser realizados para se saber por que o aluno não justifica e será que essa não justificativa não está ligada a fatores internos e o aluno não quer se comprometer. Esta é uma questão que pode ser objeto de uma nova pesquisa.

Verifica-se também que dentre os cursos analisados em grande parte deles a evasão maior acontece no primeiro módulo e que analisando o perfil das turmas, muitos motivos se encaixam ao perfil sócio econômico no que diz respeito por exemplo se os alunos trabalham ou não.

Acredito que se investirmos no acolhimento e recepção de novos alunos logo na primeira semana do curso, esclarecendo o objetivo do curso escolhido, fazer um acompanhamento das faltas e contato com os alunos faltantes, trabalhar as lacunas de aprendizagem com avaliações diagnósticas poderemos com estas ações não resolver o problema, mas minimizar os índices de evasão, e aumentar a taxa de concluinte/curso, pois aquele alunos que estiverem propensos a abandonar o curso escolhido sentirá que faz parte da unidade, da instituição, sentindo que é importante que ele permaneça e conclua seu curso.

Para que estas ações se concretizem a equipe gestora (direção, coordenação pedagógica, coordenação de curso, orientação educacional) estejam envolvidos em todas as ações que dizem respeito ao acolhimento do aluno ingressante e no acompanhamento deste, durante todo o seu curso. Os projetos da coordenação pedagógica, coordenadores de curso e

orientação educacional devem ter como tema central a permanência do aluno e o sucesso escolar.

Ao iniciarmos um programa que visa a permanência dos alunos na instituição é necessário primeiro sabermos quais são os fatores da decisão de evadir, e depois quem e quantos evadiram. O caminho percorrido para a realização desta pesquisa, nos mostrou que saber fatores da evasão não era um processo sistematizado da unidade de ensino, e levava-se em conta a apenas a quantidade de evasões cada curso e módulo envolvido.

Neste sentido, buscamos identificar os índices de evasão nos diferentes cursos e suas possíveis causas. Percebe-se que o tema é atual e presente em todas as instituições de ensino do país, promovendo uma reflexão complexa, permanente e com um grau de reincidência cada vez maior, motivo pelo qual, não foi possível esgotar o tema neste período de investigação, onde propomos a continuidade das observações e possíveis propostas de intervenções diante das características encontradas nos cursos, nas ações dos docentes em acolhimento aos discentes, bem como nas ações pontuais nos meses iniciais de cada período letivo. Nesta perspectiva, deixamos aqui a nossa intenção de continuidade das pesquisas sobre o tema e divulgação das possíveis contribuições para a área acadêmica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. F. de. **A evasão na educação profissional de nível técnico: um estudo realizado com base na trajetória escolar e no depoimento do aluno evadido.** 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano)- Universidade de Taubaté, Taubaté, 2013.

BARDIM, L. **Análise de conteúdo.** 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BAGGI, C. A. dos S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 355-374, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Define a educação profissional técnica de nível médio no ensino médio. Brasília, DF, 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em 20 set. 2017.

_____. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do sistema nacional de educação tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF, 8 dez. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Brasília, DF, 1996.

_____. Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o plano nacional de educação (PNE/2014-2024). Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Parecer CNE/CEB nº 39. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação profissional técnica de nível médio e no ensino médio. Brasília, DF: 2004b. Disponível em: <<http://zip.net/bwtvMD>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB, de 26 de junho de 1998. Institui as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jul. 1998b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/rceb03_98.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº. 15, de 1 de junho de 1998. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 1998a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb015_98.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 646, de 14 de maio de 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis: Vozes, 2016.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Banco de dados do Cetec**. Disponível em: <<http://bdcetec.azurewebsites.net/index.php>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

_____. **Deliberação 32/2016**: fixa normas para autorização de funcionamento de cursos de educação profissional técnica de nível médio, articulada com o ensino médio nas formas integrada, concomitante ou subsequente, nas modalidades presencial e à distância, incluindo EJA e de especialização técnica nas escolas técnicas estaduais – Etecs. Disponível em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/cetec/geslinf/curso_novo/del_32_2016.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

_____. **Sistema etec de procedimentos acadêmicos**. Disponível em: <<http://www.portal.cps.sp.gov.br/cetec/geve/sistema-etec/sistema/sistemaetec.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

_____. **Novo sistema acadêmico: NSA**. Disponível em: <<https://nsa.cps.sp.gov.br>>. Acesso em: 5 set. 2018.

_____. Coordenadoria da Unidade de Ensino Médio e Técnico. **Ofício nº 003/2016**: evasão. São Paulo, 7 jan. 2016.

_____. Grupo de Supervisão Educacional. **Ofício nº 048/2016**: subsídios para elaboração de projetos de coordenador pedagógico e orientador educacional de 2017. São Paulo, 29 nov. 2016.

COSTA, E. C.; EBISUI, C. T. N.; FURTADO, L. T. **A construção coletiva do conhecimento**: melhoria contínua do projeto político-pedagógico da Etec “Profª Anna de Oliveira Ferraz”. São Paulo: Sucesso, 2016.

CRUZ, A. P da. **Evasão nos cursos técnicos profissionais**: uma análise das principais causas e identificação de perfil dos alunos evadidos do Senac Sete Lagoas. 2013. 88 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)- Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2013.

_____. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP, 2000a.

DAROS, M. A. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, a evasão escolar e a atuação do serviço social**: uma experiência em construção (2008-2013). 2014. 184 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

DETRERACHI, E. F. **A evasão escolar na educação tecnológica: estudo de uma unidade do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza**. 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

DIGIÁCOMO, M. J. **Evasão escolar**: não basta comunicar e as mãos lavar. 2005. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=825>>. Acesso em: 15 out. 2017.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 4, n. 144, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 5 maio 2016.

EUROPEAN COUNCIL. **Achieving the Lisbon goal**: the contribution of VET: final report to the european commission. Disponível em: <http://ec.europa.eu/education/policies/2010/studies/maastricht_en.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

EURYDICE. **Measures to combat failure at school**: a challenge for the construction of europe. Brussels: Office for Official Publications on the European Communities, 1994.

FERREIRA, F. A. **Fracasso e evasão escolar**. Disponível em: <educador.brasilecola.uol.com.br/orientacao-escolar/fracasso-evasao-escolar.htm>. Acesso em: 15 out. 2017.

FILHO, R. B. S.; ARAUJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan./jun. 2017.

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FORNARI, L. T. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 112-124, jan/jun. 2010.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. 5 v.

GAIOSO, N. P. de L. **A evasão discente na educação superior no Brasil: na perspectiva de alunos e dirigentes**. 2005. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUGELMIN, L. **Evasão escolar na educação profissional: diagnóstico dos cursos técnicos subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco**. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

GUIMARÃES, S. L. A entrevista de acolhimento e o contrato de trabalho pedagógico como uma possibilidade frente à evasão escolar em um curso superior de tecnologia. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 2012.

JORDAN, W. A.; LARA, J.; MCPARTLAND, J. M. Exploring the causes of early dropout among race-ethnic and gender groups. **Youth and Society**, v. 28, p. 62-64, 1996.

JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul Rio Grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo**. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

JOSÉ, A. R.; BROILO, C. L.; ANDREOLLI, G. S. **A evasão na Unipampa: diagnosticando processos, acompanhando trajetórias e itinerários de formação**. 2011. Projeto de Pesquisa, Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2011.

KIRA, L. F. **A evasão no ensino superior: o caso do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (1992 – 1996)**. 2002. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2002.

KUENZER, A. Z. (Org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MANFRED, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MEKSENAS, P. **Sociologia da educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MOREIRA, P. R. **Evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na rede federal de educação profissional e tecnológica de Minas Gerais**. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

OLIVEIRA, M. A. M. **O ensino de filosofia no 2º grau da escola brasileira: um percurso histórico, até a realidade mineira dos anos 80**. 1993. Dissertação (Mestrado do Programa de

Pós-graduação em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. **Políticas públicas para o ensino profissional:** o processo de desmantelamento dos CEFET's. Campinas: Papyrus, 2003.

_____. Projeto político-pedagógico. In: _____. **Plano plurianual de gestão: PPG 2016 – 2020.** São Paulo, 2016. p. 3-19.

REGIMENTO comum das escolas técnicas estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/etec/regimento-comum/default.asp>>. Acesso em: 2 set. 2016.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil:** (1930-1973). 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 37.735 de 1993. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1993/decreto-37735-27.10.1993.html>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Deliberação CEE nº 155/2017. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SE_11_7_2017.HTM?Time=18/04/2018%2021:31:03>. Acesso em: 16 abr. 2018.

SOUZA, J. A. S. Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional. In: COLÓQUIO NACIONAL, 3., 2015, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2015. Disponível em: <<https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/publicacoes/anais-2015/>>. Acesso em: 10 maio 2016.

VASCONCELLOS, C dos S. Construção do conhecimento em sala de aula. 3. ed. São Paulo: Libertad, 1995. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, v. 2).

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L. S.; NORONHA, O. M. **História da educação:** a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

YOKOTA, M. S. F. **Evasão no ensino técnico e técnico integrado ao ensino médio:** um estudo de caso nos cursos técnicos em eletrônica, informática e mecatrônica da Etec Jorge Street do Centro Paula Souza. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública)- Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.